São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,00

Sexta - feira, 26 de fevereiro de 2021

www.datamercantil.com.br

Edição N º 248

Prefeitura de São Paulo se antecipa e começa a vacinar idosos de 80 a 84 anos no sábado

A Prefeitura de São Paulo vai antecipar a vacinação contra a Covid-19 de idosos com idades entre 80 a 84 anos para no próximo sábado (27) -dois dias antes da data prevista.

A vacinação será feita nos cinco pontos de drive-thru, que abrirão para início da campanha, e nas 82 AMAs que funcionam aos sábados. A partir de segunda (1º), as doses estarão disponíveis para esse público em todos os postos de saúde da cidade. Segundo a prefeitura, há mais de 140 mil idosos nessa faixa etária na cidade.

A medida foi anunciada em entrevista coletiva pelo prefeito Bruno Covas (PSDB) na manhã desta quinta-feira (25).

Assim, a gestão Bruno Covas (PSDB|) novamente se antecipa ao governo do estado na vacinação dos idosos. A prefeitura já havia adiantado a imunização de idosos do grupo de 85 a 89 anos em 11 de fevereiro e também e determinou que os paulistanos com mais de 90 anos começassem a ser vacinados no último dia 5, três dias antes do programado pelo estado.

A análise de dados de óbitos por Covid-19 na cidade mostra que 45,9% dos idosos com mais de 75 anos que são internados em razão da doença acabam morrendo. "Por isso a estratégia em buscar a vacinação dessa faixa etária de forma prioritária. É a população mais atingida", disse o secretário municipal da Saúde, Edson Aparecido.

A partir de segunda, também começarão a ser vacinados nas UBSs da cidade os profissionais de saúde autônomos com idades entre 55 e 59 anos. Antes, só estavam sendo vacinados membros desse grupo com mais de 60 anos.

A prefeitura também iniciará na próxima semana a imunização de 3.500 funcionários da Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social, em sua maioria terceirizados, que atuam diretamente com idosos e população em situação de rua.

Aline Mazzo/Folhapress

Economia

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade econômica com Covid

Página - 03

Com interrupção de gastos emergenciais, contas do governo têm superávit de R$ 43,2 bi em janeiro

Página - 03

Política

Acabar com piso de saúde e educação é 'cavalo de pau em transatlântico', diz secretário do Tesouro

Página - 04

IPO's

IPO do super app: Dotz quer ir à bolsa com 48 milhões de contas

Página - 05

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:52:50

No Mundo

Opas diz que impacto de vacinas na pandemia vai levar meses

Os casos e mortes de covid-19 nos Estados Unidos (EUA) caíram 30% na última semana em comparação com a semana anterior, e a maioria dos países sul-americanos registra queda em novos casos, mas serão necessários meses até que as vacinas afetem a taxa de infecções, disse a Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) nessa quarta-feira (24).

A diretora da Opas, Carissa Etienne, fez um apelo aos governos e fabricantes para acelerar a entrega de vacinas na região, onde 1 milhão de pessoas adoeceram e 34 mil morreram nos últimos sete dias.

Até esta semana, 78 milhões de pessoas foram vacinadas nas Américas, a grande maioria na América do Norte, e apenas 13 milhões na América Latina e Caribe, disse ela.

"Isso não é suficiente e não é aceitável", declarou Etienne, em entrevista coletiva virtual, de Washington.

Para a diretora, um sinal de esperança é oferecido pelo consórcio Covax, liderado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela Gavi para fornecer acesso equitativo às vacinas, com centenas de milhares de doses para serem entregues nas próximas semanas aos países que se inscreveram no programa.

A queda nos casos nas Américas foi, em grande parte, impulsionada pela redução de novas infecções nos Estados Unidos, como resultado de medidas de saúde pública mais rígidas, com maior adesão do público e melhor coordenação na vacinação.

Um ano após o início da pandemia, quase 50 milhões de pessoas foram infectadas com o vírus nas Américas, ou o equivalente a quase toda a população da Colômbia, de acordo com a Opas.

"Embora os meios de comunicação estejam relatando grandes quedas nos casos de covid-19, quero enfatizar que certamente não estamos fora de perigo", afirmou Carissa.

Reuters/ABR

Turcos entram na Justiça para conseguir refúgio no Brasil

Um grupo de cidadãos turcos que se opõe ao presidente Recep Tayyip Erdogan entrou com um mandado de segurança na Justiça brasileira para pedir que o seu pedido de refúgio no país seja julgado rapidamente.

Cerca de cem pessoas ligadas ao Hizmet, movimento liderado pelo clérigo Fethullah Gülen e que foi banido pelo governo Erdogan, esperam por decisão em seus pedidos de refúgio, muitos feitos há mais de três anos.

Assim, a ação pede que o Comitê Nacional para os Refugiados (Conare) –órgão ligado ao Ministério da Justiça do Brasil e responsável por acatar ou recusar as solicitações de refúgio– acelere seus trâmites para julgar logo os requerimentos.

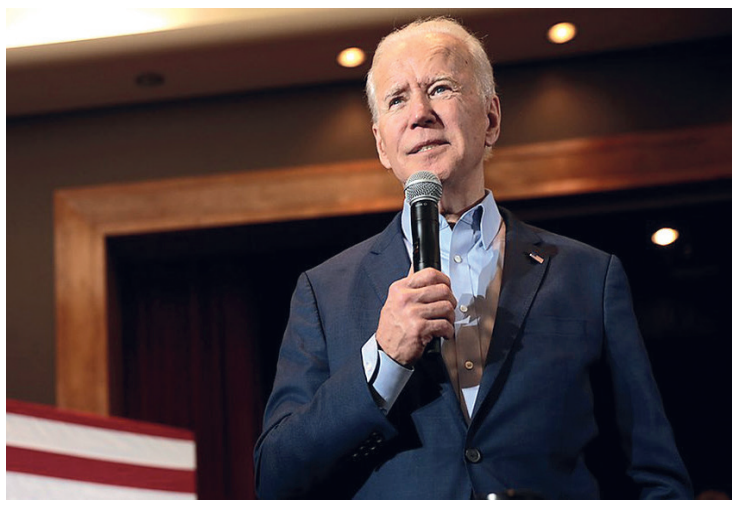
Em 2019, o governo da Turquia pediu a extradição do turco naturalizado brasileiro Ali Sipahi por sua ligação com o Hizmet.

Sipahi chegou a ser preso preventivamente no Brasil, mas o STF acabou negando o pedido de extradição, afirmando que, na Turquia, não haveria garantia de devido processo legal e apontando que o governo Erdogan vem sendo questionado por "atitudes de menoscabo à democracia".

Relatório da Comissão Europeia (o braço Executivo da União Europeia) de outubro de 2020 afirma que, na Turquia, "há um sério retrocesso no respeito às normas democráticas, ao Estado de Direito e às liberdades fundamentais". Também o Departamento de Estado americano aponta, em relatório de 2019, que uma lei antiterrorismo na Turquia "restringiu liberdades fundamentais e comprometeu o Estado de Direito".

Patrícia Campos Mello/Folhapress

Biden revoga veto de Trump a imigrantes



O presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, revogou medida do antecessor, Donald Trump, que vetava a entrada de alguns imigrantes no país por suposto "risco para o mercado de trabalho".

Com a decisão, Biden inverteu com efeito imediato a decisão de Trump, anunciada em 22 de abril de 2020, nos primeiros meses da pandemia de covid-19, que atingiu duramente a economia dos EUA e atrasou a criação de emprego.

A decisão de Trump, prorrogada em junho de 2020 e depois em 31 de dezembro de 2020, determinava a suspensão da entrada de imigrantes e não imigrantes que representassem risco durante a recuperação econômica, após a pandemia.

Joe Biden defendeu agora que impedir a chegada dessas pessoas não faz avançar os interesses da América. "Pelo contrário", acrescentou, "prejudica os Estados Unidos, inclusive ao impedir membros de famílias de cidadãos americanos e residentes permanentes legítimos de se reunirem com familiares".

De acordo com o decreto, a decisão do antecessor também prejudica as indústrias americanas que utilizam talentos de todo o mundo. Além disso, "prejudica os indivíduos que foram selecionados para receber a oportunidade de se candidatarem, e aqueles que receberam vistos de imigrantes por meio da Lotaria da Diversidade de Vistos".

Além de reverter a decisão da administração anterior, Biden instruiu os secretários de Estado, Trabalho e Segurança Interna a reverem "quaisquer regulamentos, ordens, documentos de orientação, políticas e quaisquer outras ações similares" desenvolvidos sob o decreto anterior e, se necessário, emitir novas disposições, de acordo com a atual política.

RTP/ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.:11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:53:13

Economia

Arrecadação federal começa 2021 em queda e aponta perda de força da atividade econômica com Covid

A Receita Federal registrou uma arrecadação de R$ 180,2 bilhões em janeiro, uma queda real de 1,5% na comparação com o mesmo mês de 2020. Os dados mostram que a atividade econômica segue prejudicada pelos efeitos da Covid-19, que chegou ao Brasil no fim de fevereiro.

O resultado interrompe a sequência de cinco meses de recuperação no fim de 2020 e pressiona as perspectivas para as contas públicas neste começo de ano.

Em 2020, a pandemia havia afetado os dados com mais força de abril a julho. Nesse período, o percentual de queda na receita chegou a dois dígitos (na comparação com os respectivos meses do ano anterior). De agosto a dezembro, no entanto, os dados tinham mostrado crescimento.

Mesmo com a melhora no fim de 2020, a arrecadação terminou o ano passado com queda de quase 7% e o resultado o mais baixo em dez anos (já considerando a série histórica atualizada pela inflação).

De acordo com a Receita, o resultado de janeiro foi em parte influenciado por indicadores macroeconômicos em nível inferior ao do início do ano passado -como as vendas de serviços e o valor em dólar de importações.

De acordo com dados monitorados pela equipe econômica, houve recuo em indicadores do comércio e queda da confiança do consumidor em janeiro. "Esse comportamento é esperado pois, com a perspectiva de aumento das medidas de restrição, empresários e consumidores se mostram mais cautelosos", disse Sérgio Gadelha, coordenador de modelos e projeções da Secretaria de Política Econômica.

Segundo ele, a desaceleração foi observada já em dezembro em função da redução do auxílio emergencial, do aumento das restrições e da saturação de consumo de algumas categorias.

Por outro lado, a produção industrial e a venda de bens mostram sinais de recuperação ao crescerem frente um ano atrás.

Fábio Pupo/Folhapress

Com interrupção de gastos emergenciais, contas do governo têm superávit de R$ 43,2 bi em janeiro

Após registrar o maior rombo da história em 2020, as contas do governo federal iniciaram o ano com resultado positivo. Em janeiro, houve superávit primário de R$ 43,2 bilhões, informou o Tesouro Nacional nesta quinta-feira (25).

O saldo é ligeiramente pior do que o observado em janeiro de 2020, quando ficou positivo em R$ 44,1 bilhões. Na comparação com o mesmo período do ano passado, houve um recuo de 6,3%, considerando a inflação.

Segundo o Tesouro, o resultado é melhor do que as expectativas de mercado e foi influenciado pela interrupção dos gastos emergenciais relacionados à pandemia do novo coronavírus. Enquanto essas despesas somaram R$ 33,5 bilhões em dezembro, o valor foi de R$ 2 bilhões em janeiro.

No mês, as receitas do governo registraram queda real de 0,1%, totalizando R$ 181 bilhões. As despesas ficaram em R$ 112 bilhões no mês, uma queda real de 0,4%.

Em 2020, por conta da pandemia do novo coronavírus, que provocou uma disparada dos gastos públicos e derrubou a arrecadação de impostos, as contas do governo federal registraram um rombo fiscal de R$ 743,1 bilhões. O resultado foi o pior da série histórica iniciada há 24 anos.

Neste ano, o governo tem feito articulações para liberar verbas emergenciais, mas em menor volume. O Ministério da Economia defende que os gastos extras sejam limitados ao programa de vacinação e à nova rodada do auxílio emergencial, que pode custar R$ 40 bilhões aos cofres públicos.

Por conta de disputas políticas, o Orçamento de 2021 não foi votado pelo Congresso no ano passado e segue em tramitação.

Bernardo Caram/Folhapress

Se Brasil quer ser economia de mercado, tem que ter preços de mercado, diz presidente da Petrobras

Um dia após anunciar o maior lucro trimestral da história das companhias abertas brasileiras, o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, defendeu o alinhamento dos preços dos combustíveis ao mercado internacional e rebateu falas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido), que o criticou por fazer home office durante a pandemia. Castello Branco foi demitido por Bolsonaro na última sexta (19), diante de insatisfações com reajustes nos preços dos combustíveis, mas fica no cargo até que o conselho de administração da companhia aprove a nomeação de seu sucessor, o general Joaquim Silva e Luna.

O executivo vem recebendo diversas críticas tanto do presidente, de seus apoiadores e até de políticos da oposição, que questionam a política de alinhar os preços dos combustíveis às cotações internacionais, que já provocaram em 2020 altas de 35% e 28% nos preços da gasolina e do diesel nas refinarias, respectivamente.

Em teleconferência com analistas para detalhar o lucro de R$ 7,1 bilhões em 2020 divulgado nesta quarta (24), Castello Branco defendeu a política, dizendo achar "surpreendente, em pleno século 21, estarmos dando tanta atenção a isso".

"Os combustíveis são commodities, como o açúcar, o café, o trigo. São commodities cotadas em dólar, seus preços são formados pela oferta e demanda internacional", afirmou.

Ele defendeu que foi "desastrosa" a última experiência em fugir da paridade de importação no preço dos combustíveis, estratégia que teria gerado impactos negativos de US$ 40 bilhões nas finanças da companhia.

"Reduzimos a dívida [da empresa] em quase US$ 36 bilhões em dois anos, mas a Petrobras ainda é uma empresa muito endividada e nossa dívida é majoritariamente em dólares. Como é que se vai conciliar obrigações em dólares com receitas em reais?", disse.

Nicola Pamplona/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:53:40

Política

Acabar com piso de saúde e educação é ‘cavalo de pau em transatlântico’, diz secretário do Tesouro

Ao reconhecer dificuldades no debate da regra que extingue os valores mínimos a serem aplicados em saúde e educação, o secretário do Tesouro, Bruno Funchal, afirmou nesta quinta-feira (25) que a proposta é como “dar cavalo de pau em transatlântico”.

A medida faz parte do relatório da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial, apresentado nesta semana como parte do acordo para liberar uma nova rodada do auxílio emergencial.

De acordo com o secretário, o governo federal já gasta em patamares superiores ao exigido pela Constituição, mas prefeitos e governadores sofrem com o engessamento da regra. Funchal defende a proposta, mas afirma que é uma mudança difícil.

“Se você está em um estado ou em um município, sofre esse tipo de problema, tem uma amarra muito grande. Mas é difícil dar cavalo de pau em transatlântico. É sair do 0 para 100 quilômetros por hora rapidinho, é difícil. Mas se a gente conseguir avançar nessa direção, trazer os governadores e prefeitos para o debate, acho que tem um grande ganho”, disse.

O secretário lembrou que ao enviar a proposta original ao Congresso em 2019, o governo propôs uma regra mais branda. Em vez de extinguir os pisos, a ideia era unificar as duas exigências.

Nesse formato, o gestor público teria um valor mínimo global para as duas áreas, facilitando o manejo dos recursos.

Ao defender a ideia, Funchal usou como exemplo cidades que têm uma parcela maior de pessoas idosas na população. Nesses casos, os prefeitos poderiam remanejar parte dos recursos da educação para a saúde.

Segundo o secretário, é preciso avançar no sentido da desvinculação.

Após a reação por conta da proposta de desvinculação dos mínimos constitucionais para saúde e educação, líderes partidários decidiram adiar a votação da PEC Emergencial, que estava programada para ocorrer ontem.

Bernardo Caram/Folhapress

Senadores querem ouvir Cade sobre suposto cartel de combustíveis

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, aprovou nesta quinta-feira (25) um requerimento para ouvir o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Barreto (foto abaixo). A suposta existência de um cartel formado por distribuidoras de combustível será tema de uma audiência pública ainda sem data definida.

“A ANP não permite a venda direta entre as refinarias e os postos de combustíveis. Precisamos rever o sistema de distribuição no nosso país. O mercado está privilegiando esse segmento econômico e faz-se necessário alterar essa dinâmica e ampliar a concorrência”, avaliou o senador Otto Alencar (PSD-BA) autor do requerimento.

Alencar também assina um projeto de decreto legislativo (PDS 61/2018), que suspende um artigo da Resolução 43, de 2009, da Agência Nacional de Petróleo (ANP). O dispositivo em vigor estabelece que todo combustível deve passar por uma empresa distribuidora antes de chegar às revendedoras.

“O aumento desenfreado nos preços dos combustíveis prejudica diretamente a população brasileira, que já carece com as dificuldades de transporte, seja ele público ou privado. Esse sistema de distribuição, que desampara os consumidores, impede soluções de fato que diminuam o valor dos combustíveis”, acrescentou o senador, Alessandro Vieira (Cidadania-SE).

Karine Mello/ABR

Bolsonaro diz que estatais não devem se dissociar de uma ‘visão de social’

O presidente Jair Bolsonaro (sem partido) voltou a defender nesta quinta-feira (25) a troca de comando na Petrobras e disse que não admite que um presidente de uma estatal a dissocie do seu aspecto social.

“Uma estatal, seja ela qual for, tem que ter uma visão de social, não podemos admitir uma estatal com um presidente que não tenha essa visão. Previsibilidade: temos que ter, temos que nos antecipar a problemas e ter visão de futuro, o nosso governo prima por isso”, afirmou durante evento na Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR).

Crítico dos reajustes nos preços de combustíveis e da política de transparência da Petrobras, Bolsonaro indicou na sexta-feira (19) o general Joaquim Silva e Luna, atual presidente da Itaipu Binacional, para o comando da petroleira. O nome ainda deve ser aprovado pelo conselho da empresa.

A troca gerou reações de investidores. Entre sexta e segunda-feira (22), a estatal perdeu cerca de R$ 100 bilhões em valor de mercado.

“Não é fácil buscar fazer a coisa certa, sempre é mais fácil se acomodar, tapar os olhos e deixar as coisas acontecerem, não podemos nos curvar a isso”, afirmou Bolsonaro no discurso.

Ao lado de Silva e Luna, o presidente elogiou o trabalho do general à frente da Itaipu. “Pode ter certeza de que todos aqueles que dependem do produto da Petrobras vão se surpreender positivamente com o seu trabalho quando ele lá assumir”, completou.

Em Foz, Bolsonaro participou do lançamento da revitalização do sistema de Furnas, responsável pela transmissão ao mercado brasileiro da energia que o Paraguai não consome. A obra é considerada essencial para reforçar a segurança energética do Brasil para as próximas décadas, já que, segundo a usina, o sistema opera há 36 anos e está no fim da vida útil.

Katna Baran/Folhapress

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:54:52

IPO's

IPO do super app: Dotz quer ir à bolsa com 48 milhões de contas

A temporada 2021 de ofertas públicas iniciais (IPOs, na sigla em inglês) continua aquecida, apesar da volta do risco político que vem de Brasília. Nesta segunda-feira à noite, 22, três companhias protocolaram seus pedidos de abertura de capital, entre elas a Dotz.

Será um IPO com ofertas primária (em que os recursos serão destinados ao caixa da companhia) e secundária, em volumes não divulgados no prospecto na Comissão de Valores Mobiliários. A oferta primária deve movimentar estimados 600 milhões de reais, segundo fontes a par da operação. O objetivo é usar os recursos para investimentos em tecnologia na plataforma, expansão dos negócios já existentes e possíveis fusões e aquisições.

Na oferta secundária, o acionista vendedor é o fundo de investimento em participações ASCET I, que é o veículo de investimento da família Chade. O principal executivo da empresa, cofundador e CEO é o empresário Roberto Chade.

A Dotz tenta pegar carona no apetite crescente de investidores por empresas que tenham a tecnologia permeada no modelo de negócios, com inteligência de dados e apelo digital sobre os clientes, sejam empresas ou consumidores.

Se bem-sucedida, a oferta vai representar a chegada à bolsa da empresa pioneira no país no conceito de coalizão (de parceiros) online — um programa de fidelidade que vai muito além do resgate de passagens aéreas — e de uma das primeiras a explorar o modelo de super aplicativo. É o app que reúne diversas verticais de negócios para ampliar a recorrência de uso pelo consumidor, criando um círculo virtuoso que se auto-alimenta.

No caso da Dotz, o super app é sustentado por três pilares: o loyalty (o programa de coalizão), o marketplace de produtos e serviços e a vertical de serviços financeiros (TechFin). Exame

Banco Modal entra com pedido de IPO na B3

O banco de investimentos Modal entrou com um pedido na B3 para realizar uma oferta pública inicial de ações (IPO). Os papeis negociados seriam no modelo de units, que é um pacote de ativos que poderá conter ações ordinárias, preferenciais e bônus de subscrição. O banco, que é dono da corretora Modalmais, estuda realizar seu IPO, ao menos, desde 2017. Contudo, a conjuntura econômica e a situação da empresa fizeram com que os planos fossem sendo adiados. Aparentemente, os administradores entendem que este ano é um melhor momento. Veja

Farmacêutica Teuto pede registro de IPO

O Laboratório Teuto Brasileiro SA entrou com pedido de oferta pública inicial de ações (IPO, na sigla em inglês) junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A oferta, protocolada na noite de sexta-feira, será administrada pelas instituições financeiras Itaú Unibanco Holding SA, Santander Brasil, JPMorgan Chase & Co, Bradesco, Bank of America e Goldman Sachs. Biznews

'Não estamos vivendo uma bolha', diz presidente da B3 sobre IPOs de techs

Presidente da B3, a bolsa de valores de São Paulo, desde 2017, 'Não estamos vivendo uma bolha', diz presidente da B3 sobre IPOs de techs comemora a onda de aberturas de capital na bolsa que fez com que as próprias ações da companhia tivessem uma valorização expressiva no último ano. Se no início de 2020 os papeis da B3 custaram no máximo 52 reais, um ano depois elas atingiram o recorde de 62 reais, uma valorização de quase 20%. O CEO fala sobre a tendência das empresas de tecnologia brasileiras, como mostra reportagem de VEJA nesta semana, que estão abrindo capital (IPO). A exemplo do que ocorreu na Nasdaq, a bolsa de tecnologia americana, esse nicho cresce no mercado brasileiro em número de empresas e em valorização de ações.

Sem dúvida nenhuma o aumento no número de empresas de tecnologia realizando IPO na B3so reflete o desejo dos gestores e investidores de diversificar as suas carteiras de ações com empresas com tecnologia embarcada, ou seja, empresas que podem escalar seus negócios através da tecnologia. Essa foi a história que se viu nos últimos anos nos Estados Unidos, então, acho que é uma tendência de rebalanceamento dos portfólios. A inspiração vem de algumas empresas que estão na Nasdaq e de várias outras que receberam aportes e cresceram muito no mundo digital, se mostrando consolidadoras de mercado e que desafiaram os modelos tradicionais.

O maior exemplo inspirado no boom da Nasdaq com as ações das techs, durante a pandemia, obviamente é a Amazon, que durante muitos anos se mostrou um negócio não lucrativo, de difícil viabilidade por sua logística, mas que, depois de quase dez anos, se torna a maior empresa do mundo. Isso obviamente é um exemplo específico, mas existem vários outros de empresas que conseguiram escalar os seus negócios, por meio do mundo digital, e consolidar os seus setores. Os gestores querem ter dentro dos seus portfólios a opção de ter algumas dessas empresas que um dia podem crescer a pon-

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:55:38

Publicidade Legal

Leitesol Indústria e Comércio S.A.

CNPJ/MF nº 65.979.973/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Valores expressos em Reais)*

Relatório da Diretoria: Senhores Acionistas: De acordo com as disposições legais e estatutárias, vimos apresentar-lhes as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Comunicamos ainda que as Demonstrações Financeiras e as respectivas Notas Explicativas, foram auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu, e encontram-se em sua íntegra na sede da empresa.

A Diretoria.

Balanço Patrimonial

Ativo	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante	**159.897.272**	**118.791.378**
Caixa e equivalentes de caixa	16.492.721	13.419.900
Contas a Receber	42.175.399	34.239.877
Estoques	96.683.290	62.708.242
Impostos a recuperar	3.838.191	7.524.475
Outros créditos	707.671	898.884
Ativo Não Circulante	**11.042.583**	**14.493.466**
Impostos a recuperar	–	4.196.850
Imposto de renda e CS diferidos	3.120.798	2.688.105
Imobilizado	7.637.924	7.300.396
Ativo por direito de uso	121.296	142.868
Intangível	162.565	165.247
Total do Ativo	**170.939.855**	**133.284.844**

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2020	31/12/2019
Passivo Circulante	**88.257.489**	**65.710.927**
Fornecedores nacionais	4.438.355	9.119.076
Fornecedores estrangeiros		
- parte relacionada	48.737.793	16.129.490
Impostos a recolher	705.932	693.416
Empréstimos e financiamentos	–	16.227.495
Instrumentos financeiros derivativos	–	217.043
Imposto de renda e CS a recolher	3.841.426	468.580
Obrigações sociais à recolher	2.840.829	2.760.571
Dividendos	26.538.247	18.922.644
Outras obrigações	1.054.541	1.050.697
Passivo por arrendamento	100.366	121.915
Passivo Não Circulante	**105.774**	**133.155**
Provisão para ações judiciais	84.844	112.225
Passivo por arrendamento	20.930	20.930
Patrimônio Líquido	**82.576.592**	**67.440.762**
Capital social	28.484.551	28.484.551
Reservas de capital	17.588	17.588
Reserva Legal	5.696.910	5.696.910
Reserva de Lucros	48.377.543	33.241.713
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	**170.939.855**	**133.284.844**

Demonstração do Resultado

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas Líquidas	**415.134.712**	**340.981.859**
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidas	**(328.200.676)**	**(270.881.653)**
Lucro Bruto	**86.934.036**	**70.100.206**
Receitas (Despesas) operacionais	**(49.303.039)**	**(45.257.781)**
Comerciais	(39.292.900)	(36.446.284)
Gerais e administrativas	(10.158.427)	(8.881.138)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	148.288	69.641
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro	**37.630.997**	**24.842.425**
Resultado Financeiro	**(4.107.140)**	**(1.417.483)**
Receitas Financeiras	2.989.764	1.014.473
Despesas Financeiras	(7.096.904)	(2.431.956)
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**33.523.857**	**23.424.942**
Imposto de Renda e CSLL	**(10.318.836)**	**(7.035.668)**
Correntes	(10.751.529)	(7.172.048)
Diferidos	432.693	136.380
Lucro Líquido do Exercício	**23.205.021**	**16.389.274**
Lucro Líquido por ações - básico e diluído	**0,8147**	**0,5754**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Reservas de capital			Reservas de lucros			
	Capital Social	Incentivos Fiscais	Correção Monetária do Capital	Reserva Legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**23.342.013**	**–**	**57.541.062**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	16.389.274	16.389.274
Destinação para: Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(2.450.511)	(2.450.511)
Dividendos complementares	–	–	–	–	(554.372)	–	(554.372)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	–	–	–	–	–	(3.484.691)	(3.484.691)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	10.454.072	(10.454.072)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**33.241.713**	**–**	**67.440.762**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	23.205.021	23.205.021
Destinação para: Distribuição de juros sobre capital próprio	–	–	–	–	–	(3.023.914)	(3.023.914)
Dividendos mínimos obrigatórios por ação do capital	–	–	–	–	–	(5.045.277)	(5.045.277)
Reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	15.135.830	(15.135.830)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**28.484.551**	**15.897**	**1.691**	**5.696.910**	**48.377.543**	**–**	**82.576.592**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Natureza das Operações - A Sociedade, situada na cidade de Bragança Paulista, São Paulo, tem por objetivo a preparação, industrialização e comercialização de leite e derivados lácteos e de produtos alimentícios em geral, bem como a importação e exportação desses produtos, podendo ainda participar em outras sociedades. **2. Base De Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras - 2.1. Declaração de conformidade** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e em atenção aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Demonstração do Resultado Abrangente

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido do Exercício	**23.205.021**	**16.389.274**
Resultado Abrangente total do exercício	**23.205.021**	**16.389.274**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2020	31/12/2019
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	33.523.857	23.424.942
Ajustes para conciliar o lucro antes do IRPJ e da CSLL ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	1.279.175	1.415.338
Baixas do ativo imobilizado e intangível	17.915	72.245
Variação cambial sobre saldos com parte relacionada	3.003.052	1.396.960
Variação cambial sobre saldos de empréstimos e financiamentos	2.618.299	(66.147)
Juros e taxas sobre empréstimos e financiamentos	946.304	52.563
Ajuste a valor presente (passivo para arrendamentos)	19.162	–
Instrumentos financeiros derivativos	(2.604.003)	217.043
Provisão (reversão) para descontos comerciais	290.516	(254.028)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.000.713	988.100
Provisão para ações judiciais	(27.381)	(844.108)
Outros ajustes	(19.886)	143.906
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(9.226.751)	(1.345.277)
Estoques	(33.975.048)	(2.167.462)
Outros créditos e impostos a recuperar	6.258.956	(2.163.286)
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais:		
Fornecedores e fornecedores estrangeiros - parte relacionada	24.924.530	(26.803.576)
Impostos a recolher	(441.071)	(43.274)
Obrigações sociais a recolher	80.258	158.844
Outras obrigações	3.844	158.233
De atividades operacionais	**27.672.441**	**(5.658.985)**
Juros Pagos	(998.867)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	(5.542.435)	(7.220.729)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**21.131.139**	**(12.879.714)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(1.344.399)	(1.358.478)
Aquisição do ativo intangível	(57.400)	(77.193)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(1.401.799)**	**(1.435.671)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Pagamento de empréstimos bancários	(18.793.231)	16.241.080
Pagamento de contratos de arrendamento	(250.248)	(266.532)
Instrumentos financeiros derivativos	2.386.960	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(16.656.519)**	**15.974.548**
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.072.821**	**1.659.163**
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no inicio do exercício	13.419.900	11.760.737
Saldo no final do exercício	16.492.721	13.419.900
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**3.072.821**	**1.659.163**

Sebastián Luís Maraggi – Diretor Presidente
Alexandre Lima da Silva – Contador CRC nº 1SP 237.828/O-7

Dólar em R$ 5,50 amplia pressão sobre preços de alimentos como arroz e pão

A alta do dólar tem pressionado indústrias de alimentos como café, trigo e arroz. O movimento preocupa os fabricantes porque o repasse para o preço final no varejo pode espantar o consumidor.

Celírio Silva, diretor da Abic (Associação Brasileira da Indústria de Café), diz que a nova alta de custos ainda não chegou às prateleiras, mas não é possível saber até quando. Segundo ele, o câmbio tem afetado principalmente os insumos da produção.

No arroz, cujos preços explodiram em 2020, a pressão inflacionária ainda persiste, segundo Andressa Silva, diretora da Abiarroz.

Rubens Barbosa, presidente da Abitrigo, associação das indústrias do trigo usado em produtos como o pãozinho e o macarrão, diz que os moinhos vêm enfrentando aumento nos custos de importação do insumo, mas a maioria ainda está segurando os repasses porque tem receio de perder consumidores neste momento. A entidade diz que a rentabilidade do setor está em queda e não faz previsões de preços futuros.

Segundo Thiago Berka, economista da Apas (associação de supermercados), em geral, o dólar precisa ficar 60 dias em patamar mais alto para gerar inflação. Ele diz que espera acomodação nos preços após a forte aceleração para o setor em 2020, de 15%.

Joana Cunha/Folhapress

GPA estuda parceria com o Mercado Livre

O GPA, maior grupo do varejo de alimentos da América Latina, está em conversas com o Mercado Livre, destaque no segmento de marketplace, para ampliar o poder de fogo da área de vendas digitais.

Dono das marcas Pão de Açúcar, Extra, Compre Bem, James Delivery, Éxito e, até o ano passado, do atacadista Assaí, o grupo faturou R$ 1,1 bilhão em 2020 e expandiu a operação digital na pandemia, com crescimento de 203% em vendas online na comparação com 2019. O Mercado Livre, por sua vez, opera em 18 países.

O aumento de vendas pela internet ocorreu também na Colômbia, onde atua o Éxito, adquirido pelo GPA em 2019. No país, o faturamento em vendas digitais em 2020 foi de R$ 2 bilhões, sendo R$ 1 bilhão somente no varejo de alimentos, e o crescimento das vendas pelo canal online chegou a 166%.

De acordo com o balanço de resultados da empresa, as vendas digitais em supermercados da rede aumentaram 198% no quarto trimestre de 2020, ante o mesmo período de 2019. No supermercado Pão de Açúcar, que ampliou a área de atendimento do ecommerce, o crescimento foi de 187% em comparação com o ano anterior.

Segundo levantamento do grupo, 60% dos seus clientes que fizeram compras nos ambientes digital e físico consumiram mais no ano passado. Quem comprava apenas em um canal e passou a comprar também online gasta 2,7 vezes mais do que os clientes de loja física.

A pandemia acelerou os planos de digitalização dos supermercados. No fim de 2020, o grupo lançou uma operação de marketplace, modelo de negócio no qual parceiros comerciais usam as plataformas do grupo para vendas. Antes da pandemia, o GPA havia anunciado investimento em lojas para escritórios, com o lançamento na sede do Bradesco Seguros, em Alphaville, Barueri (SP).

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:56:01

Publicidade Legal

ePharma PBM do Brasil S.A.

CNPJ nº 03.448.808/0001-24

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de reais - R$, exceto pelo lucro líquido (prejuízo) por ação*

Balanços Patrimoniais

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante	**61.471**	**48.989**	**63.749**	**50.547**
Caixa e equivalentes de caixa	3.674	5.959	3.720	5.976
Títulos e valores mobiliários	12.968	4.347	12.968	4.347
Contas a receber de clientes e de redes conveniada	42.140	34.617	42.141	34.617
Estoques	–	–	1.139	471
Outros ativos circulantes	2.689	4.066	3.781	5.136
Não circulante	**27.513**	**28.883**	**26.288**	**28.550**
Partes relacionadas	507	43	215	–
IRPJ e contribuição social diferidos	7.638	6.262	7.860	6.472
Investimento em controlada	1.504	1.727	–	–
Imobilizado	1.694	2.053	1.701	2.283
Intangivel	14.838	13.102	15.180	13.440
Direito de uso de arrendamento	1.332	5.696	1.332	6.355
Total do ativo	**88.984**	**77.872**	**90.037**	**79.097**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Circulante	**57.051**	**50.382**	**57.987**	**51.641**
Fornecedores e contas a pagar	39.022	36.323	45.621	39.021
Arrendamento direito de uso	1.284	5.714	1.284	6.386
Partes relacionadas	7.090	2.911	838	784
Obrigações trabalhistas	4.566	2.866	4.638	2.878
Obrigações tributárias	563	541	1.081	545
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	4.288	1.936	4.288	1.936
Outras contas a pagar	238	91	237	91
Não circulante	**871**	**883**	**988**	**849**
Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	871	883	988	849
Patrimônio líquido	**31.062**	**26.607**	**31.062**	**26.607**
Capital social	23.280	23.132	23.280	23.132
Reservas de lucros	7.782	3.475	7.782	3.475
Total do passivo e patrimônio líquido	**88.984**	**77.872**	**90.037**	**79.097**

Demonstrações do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Receita operacional líquida	57.552	51.616	97.783	63.865
Custo das mercadorias vendidas	(2.897)	(15.797)	(41.951)	(27.451)
Lucro bruto	54.655	35.819	55.832	36.414
Despesas gerais e administrativas	(48.946)	(31.205)	(50.225)	(32.025)
Equivalência patrimonial	(223)	(2.835)	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	430	(207)	277	(2.847)
Receitas (despesas) operacionais	**(48.739)**	**(34.247)**	**(49.948)**	**(34.872)**
Lucro antes do resultado financeiro	5.916	1.572	5.884	1.542
Despesas financeiras	(336)	(414)	(346)	(423)
Receitas financeiras	590	497	621	501
Resultado financeiro	**254**	**83**	**275**	**78**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	6.170	1.655	6.159	1.620
IRPJ e CSLL - Corrente	(3.111)	(793)	(3.111)	(793)
IRPJ e CSLL - Diferido	1.345	(195)	1.356	(160)
	(1.766)	**(988)**	**(1.755)**	**(953)**
Lucro líquido do exercício	4.404	667	4.404	667

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

		Reservas de capital		Reservas de lucros		
	Capital social integralizado	Plano de remuneração de ações	Resultado de transações entre acionistas sobre mudança de participação em contolada	Reserva legal	Retenção de Lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	**23.132**	**880**	**(677)**	**1.396**	**4.335**	**–**	**29.066**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	667	667
Constituição de reserva legal	–	–	–	33	–	(33)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	317	(317)	–
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	–	–	–	–	(1.097)	(317)	(1.414)
Juros sobre capital proprio	–	–	–	–	(1.619)	–	(1.619)
Reversão planos de ações e de opção de ações	–	(93)	–	–	–	–	(93)
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**23.132**	**787**	**(677)**	**1.429**	**1.936**	**–**	**26.607**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	4.404	4.404
Constituição de reserva legal	–	–	–	220	–	(220)	–
Constituição de reserva de retenção de lucros	–	–	–	–	2.092	(2.092)	–
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	–	–	–	–	(317)	(2.092)	(2.409)
Juros sobre capital proprio	–	–	–	–	(821)	–	(821)
Opção planos de ações e de opção de ações	148	3.133	–	–	–	–	3.281
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**23.280**	**3.920**	**(677)**	**1.649**	**2.890**	**–**	**31.062**

Demonstrações do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	**4.404**	**667**	**4.404**	**667**
Lucro bruto	4.404	667	4.404	667
Resultado abrangente total do exercício				
Acionistas controladores	4.404	667	4.404	667
Acionistas não controladores	–	–	–	–

Demonstrações do Fluxo de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**
Lucro líquido do exercício	4.404	667	4.404	667
Ajuste de Itens sem desembolso de caixa para conciliação do Lucro				
Depreciação e amortização	3.952	3.101	4.001	3.166
Amortização agio	91	35	91	35
Amortização direito de uso de arrendamento	799	1.094	916	1.222
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(12)	(74)	139	(83)
Provisão (reversão) esperada com crédito de liquidação duvidosos	(319)	(2.759)	(319)	(2.759)
Baixa do imobilizado e intangível	17	–	190	–
Baixa direito de uso de arrendamento	3.565	–	4.107	–
IRPJ e contribuição social diferidos	(1.376)	196	(1.388)	195
Equivalência patrimonial	223	2.835	–	–
Programa de pagamento em ações - "stock options"	3.133	(93)	3.133	(93)
Ajuste a valor presente	–	(218)	–	(218)
Outras receitas (despesas) que não afetam caixa	(2)	–	(2)	1
	14.475	**4.785**	**15.272**	**2.133**
(Aumento)/redução de ativos				
Contas a receber de clientes e da rede conveniada	(7.204)	1.933	(7.205)	6.895
Estoque	–	–	(668)	(329)
Outros Ativos Circulantes	1.377	(2.901)	1.355	(1.846)
Partes relacionadas	(464)	(43)	(215)	–
Subtotal	**(6.291)**	**(1.011)**	**(6.733)**	**4.720**

	Controladora		Consolidado	
Aumento/(redução) de passivos	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Fornecedores e contas a pagar da rede conveniada	2.642	1.263	6.540	3.842
Arrendamento direito de uso	(4.430)	5.714	(5.102)	6.386
Obrigações trabalhistas e tributárias	(17)	(287)	557	(303)
Obrigações com partes relacionadas	4.179	2.137	54	10
Outros contas a Pagar	147	(30)	146	(122)
Subtotal	**2.521**	**8.797**	**2.195**	**9.813**
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais antes do pagamento de juros	**10.705**	**12.570**	**10.734**	**16.666**
Pagamento de juros	57	35	60	41
Pagamento IRPJ e CSLL	1.739	484	1.739	484
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**12.501**	**13.089**	**12.533**	**17.191**
Atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado e intangível	(5.437)	(6.031)	(5.440)	(6.036)
Direito de uso de arrendamento	–	(6.790)	–	(7.577)
Adiantamento para futuro aumento de capital	–	6.839	–	–
Aumento de capital em controladas	–	(3.541)	–	–
Aplicação em titulos e valores mobiliários	(8.621)	1.912	(8.621)	1.912
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(14.058)**	**(7.611)**	**(14.061)**	**(11.701)**
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	(634)	(3.291)	(634)	(3.291)
Remuneração do capital próprio a pagar	(243)	–	(243)	–
Aumento de capital	149	–	149	–
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	**(728)**	**(3.291)**	**(728)**	**(3.291)**
(Redução)/Aumento de caixa e equivalente de caixa	**(2.285)**	**2.187**	**(2.256)**	**2.199**
Caixa e equivalentes de caixa:				
No início do exercício	5.959	3.772	5.976	3.777
No final do exercício	3.674	5.959	3.720	5.976
(Redução)/Aumento de caixa e equivalente de caixa	(2.285)	2.187	(2.256)	2.199

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Contexto Operacional: A ePharma PBM do Brasil S.A. ("Companhia" ou "Controladora") é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na Alameda Mamoré, 989, 9º andar, conjunto 902, Alphaville, Barueri/SP, e tem como principal objetivo o desenvolvimento e a comercialização de serviços de gestão de assistência farmacêutica e de saúde, provendo ferramentas tecnológicas para a sua implantação e operação. O principal produto da Companhia é o gerenciamento de programas de benefícios de medicamentos, utilizando o modelo de negócio "Pharmacy Benefit Management" ("PBM"), por meio de uma rede conveniada conectada eletronicamente. As empresas contratantes e a rede conveniada remuneram a Companhia por valores variáveis mensais que consistem na sua principal base de receita. A Companhia possui investimento na Controlada Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda. ("Flex"), cujo objetivo principal é a comercialização de produtos farmacêuticos de elevado custo. **Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, os pronunciamentos técnicos e as interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. **Base de consolidação:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua Controlada, Flex Soluções em Gestão de Saúde Ltda.

Grant Thornton Brasil — **A Diretoria**

Marcos A.C. Inocencio - CRC: 1SP 184.808/O-6

Epharma - PBM do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 03.448.808/0001-24 - NIRE 35.300.173.872

Convocação para Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam os senhores Acionistas convocados a se reunirem em AGOE, a ser realizada no dia 11/03/2021, às 10 horas, na sede da companhia, localizada em Barueri/SP, Alameda Mamoré nº 989, conjunto 902, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **Pauta da AGO/E: (i)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o relatório da administração e o parecer dos auditores independentes referentes ao exercício findo em 31/12/2020; **(ii)** Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício e distribuição de dividendos, para o período encerrado em 31/12/2020; **(iii)** Eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia para o próximo mandato; **(iv)** Fixar a remuneração da administração da Companhia para o próximo exercício social; **(v)** Deliberar sobre o pagamento de juros sobre capital próprio apurado e orientação à administração sobre a apuração para o exercício de 2021; e **(vi)** Manifestar-se acerca da constituição de nova companhia. **Avisos: 1.** Encontrar-se-ão à disposição dos srs. Acionistas, na sede da companhia, os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei nº 6.404/76. **2.** Todos os acionistas receberão uma via, por e-mail, de todos os documentos informados no item 1. (26, 27/02 e 02/03/2021)

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de setembro de 2020

1. Data, Hora e Local: Realizada em 30/09/2020, com início às 10h00min, por meio digital, nos termos do § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **2. Convocação e Presença:** conforme convocação enviada por meio eletrônico aos acionistas em 22/09/2020, compareceram à presente Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, sendo regularmente instalado o conclave na forma do § 4º do artigo 124 da Lei das S.A. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Villar Garcia e secretariados por mim, Paula Paulozzi Villar. **4. Ordem do Dia:** Conforme convocação deliberada por unanimidade na Reunião do Conselho de Administração iniciada em 16/09/2020, suspensa e retomada em 21 de setembro, a presente Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre a matéria a seguir: (i) Celebração de Contrato de Locação e Contrato de Compra e Venda com o Consórcio Construtor Viracopos, referentes as estruturas do Canteiro de Obras, ocupadas pela Companhia desde 15/06/2015. **5. Lavratura da Ata e Publicação:** Por unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. **6. Deliberações:** Antes de passar às deliberações quanto à matéria da Ordem do Dia, a Mesa da Assembleia Geral esclareceu que recebeu, no dia 29/09/2020, às 22:08, manifestação de veto à deliberação por parte da acionista Infraero, com base no disposto no artigo 19, xiii, do Estatuto Social, item "i" da Cláusula 5.3. do Acordo de Acionistas e itens 3.1. e 3.8. do Protocolo de Governança da Companhia. A Mesa observou, contudo, que tal manifestação, além de intempestiva, por ter sido apresentada após o prazo de 30 dias previsto no Protocolo de Governança, não conseguiu demonstrar que os termos e condições dos Contratos cuja celebração é objeto da Ordem do Dia, os quais estão lastreados em 3 laudos de avaliação elaborados por empresas especializadas, não estão aderentes aos termos e condições de mercado. Portanto, a manifestação de veto apresentada pela Infraero não está em conformidade com o disposto no § 2º do artigo 20 do Estatuto Social da Companhia e no item "i" da Cláusula 5.3. do seu Acordo de Acionistas, pelo que foi recebida pela Mesa, porém desconsiderada pela Mesa, por ser contrária aos documentos societários da Companhia, notadamente seu Estatuto Social, Acordo de Acionistas e Protocolo de Governança. A manifestação ficará arquivada na sede da Companhia. Passando à Ordem do Dia, os acionistas deliberaram o seguinte: **(i)** Aprovar, por maioria de votos, a celebração de contrato de Compra e Venda com o Consórcio Construtor Viracopos para a aquisição do Canteiro de Obras no valor de R$14.660.704,61; e **(ii)** Aprovar, por maioria de votos, a celebração de Contrato de Locação com o Consórcio Construtor Viracopos, no valor total de R$ 7.010.381,36 referente ao período de junho de 2015 a maio de 2020. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada esta ata que, assinada pela mesa da Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 10, § 2º, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020, com a lista de presença dos acionistas. Foram também recebidas pela Mesa manifestações de voto, as quais foram devidamente recebidas, autenticadas, numeradas, ficando registradas na sede da Companhia. **Mesa:** João Villar Garcia – Presidente; Paula Paulozzi Villar – Secretária. Campinas, 30 de setembro de 2.020. João Villar Garcia – Presidente da Assembleia Geral Extraordinária; Paula Paulozzi Villar – OAB/SP 201.610 – Secretária da Assembleia Geral Extraordinária. **Acionistas Presentes:** Aeroportos Brasil S.A.; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 108.181/21-2 em 22/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Panpharma Distribuidora de Medicamentos Ltda.

CNPJ/MF nº 01.206.820/0005-20 – NIRE 35.230.572.684

Ata de Resolução de Sócios realizada em 24 de fevereiro de 2021

Data, Hora e Local: Aos 24/02/2021, às 16:00 horas, na sede social, na Avenida Antônio Frederico Ozanam, 11.100, LT. Setor Industrial LT.C., Jundiaí-SP. **Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação, em vista de estarem presentes os sócios representando a totalidade do capital social, conforme segue: **(a) S. C. Participações Empresariais Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.206.820/0005-20, registrada na JUCESP sob o NIRE 35.230.572.684, em sessão de 17/03/2005, representada por seu sócio Administrador, Sr. **Gilberto Mayer Filho**, portador da Cédula de Identidade RG nº 1.229.728 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 369.737.429-04; e **(b) Drogaserv – Drogaria e Farmácia Ltda.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.092.907/0001-90, registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob o NIRE 41.203.396.174, em sessão de 31/08/1995, neste ato representada por seu Administrador, o Sr. **Gilberto Mayer Filho**, acima qualificado. **Mesa:** Sr. Gilberto Mayer Filho – Presidente e Sr. Douglas Lima Carreiro – Secretário. **Ordem do Dia:** Aprovar a Redução do Capital Social. **Deliberações:** Iniciada a reunião, as sócias representantes da totalidade do capital social **Resolvem** cumprir as deliberações abaixo: Aprovar a proposta de Redução de Capital Social no valor de R$ 110.000.000,00, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil, considerando que o valor atribuído ao capital social se tornou excessivo em relação ao objeto da sociedade, de modo que o capital social, que atualmente é de R$ 521.094.912,00, passará a ser de R$ 411.094.912,00. Dessa forma, declaram ainda, conforme disposto no artigo 1.084 do Código Civil, que a redução do capital social, será realizada restituindo-se parte do valor das quotas aos sócios. Após exame e discussão da matéria as sócias, por unanimidade e sem reservas, aprovam a redução do capital social, por este se apresentar excessivo em relação ao objeto da sociedade. Nada mais havendo a ser tratado, as sócias assinam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma. Jundiaí-SP, 24/02/2021. **Mesa:** Gilberto Mayer Filho – Presidente; Douglas Lima Carreiro – Secretário. **Acionistas: S.C. Participações Empresariais Ltda.** Por: Gilberto Mayer Filho. **Drogaserv – Drogaria e Farmácia Ltda.** Por: Gilberto Mayer Filho.

Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

CNPJ/MF nº 14.522.178/0001-07 – NIRE 35.300.413.962

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de janeiro de 2021

1. Data, Hora e Local: Realizada em 22 de janeiro do ano de 2021, com início às 10h00min, por meio digital, nos termos do § 2º-A do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."). **2. Convocação e Presença**: Conforme convocação enviada por meio eletrônico aos acionistas em 14/01/2021, compareceram à presente Assembleia Geral Extraordinária acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, sendo regularmente instalado o conclave na forma do § 4º do artigo 124 da Lei das S.A. **3. Mesa**: Os trabalhos foram presididos pelo Sr. João Villar Garcia e secretariados por mim, Pablo Fortes Iglesias. **4. Ordem do Dia**: Apreciar e Deliberar sobre a seguinte matéria: (i) Anulação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 30/09/2020. **5**. **Deliberações**: Os acionistas da Companhia, por unanimidade, decidiram favoravelmente à anulação das deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 30/09/2020. **6. Lavratura da Ata e Publicação**: Por unanimidade dos acionistas presentes, foi aprovada a lavratura da ata desta Assembleia na forma de sumário e sua publicação com a omissão das assinaturas dos acionistas presentes, conforme autorizam os parágrafos 1º e 2º do artigo 130 da Lei das S.A. **7. Encerramento**: Nada mais havendo a ser tratado, a presente ata foi lavrada e assinada pela mesa da Assembleia Geral Extraordinária, na forma do artigo 10, § 2º, da Instrução Normativa DREI nº 79, de 14/04/2020. **Mesa:** João Villar Garcia – Presidente; Pablo Fortes Iglesias – Secretário. Campinas, 22/01/2021. João Villar Garcia – Presidente da Assembleia Geral Extraordinária; Pablo Fortes Iglesias – OAB/SP 369.194 Secretário da Assembleia Geral Extraordinária. **Acionistas:** Aeroportos Brasil S.A.; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero. JUCESP – Registrado sob o nº 108.182/21-6 em 22/02/2021. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Confira no nosso site as principais notícias do dia:
www.datamercantil.com.br

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
Faça um orçamento conosco:comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR

compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,4594 / R$ 5,4600 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,5090 / R$ 5,5110 *
Turismo - R$ 5,4870 / R$ 5,6630

(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central

Variação do câmbio livre mercado
no dia: 1,67%

OURO BM&F

R$ 309,000

BOLSAS

B3 (Ibovespa)
Variação: -2,95%
Pontos: 112.256
Volume financeiro: R$ 40,069 bilhões
Maiores altas: Multiplan ON (0,45%), Telefônica ON (0.29%)
Maiores baixas: WEG ON (-8,30%), Ultrapar ON (-7,52%), CSN ON (-6,70%)

S&P 500 (Nova York): -2,45%
Dow Jones (Nova York): -1,75%
Nasdaq (Nova York): -3,52%
CAC 40 (Paris): -0,24%
Dax 30 (Frankfurt): -0,69%
Financial 100 (Londres): -0,11%
Nikkei 225 (Tóquio): 1,67%
Hang Seng (Hong Kong): 1,20%
Shanghai Composite (Xangai): 0,59%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,59%
Merval (Buenos Aires): -1,38%
IPC (México): -1,86%

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:56:26

American Life Companhia de Seguros

CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, acompanhadas das respectivas notas explicativas e dos relatórios dos auditores independentes relativos a auditoria das demonstrações financeiras e a auditoria atuarial. O ano de 2020 foi marcado pela pandemia do Coronavírus (COVID-19) e seus efeitos negativos sobre as pessoas, empresas e países. A Administração destaca que no referido atípico ano, a American Life, mesmo tendo registrado queda de 4,3% na receita de prêmios emitidos, registrou expressiva queda na sinistralidade (20,8%) e nas despesas administrativas (18,2%). Desta forma, o índice combinado passou a 96,4% (99,0% em 2019). A política de investimentos se manteve conservadora; a quase totalidade dos recursos (94,2%) foram mantidos em títulos públicos federais. A distribuição de dividendos acompanha o disposto na Legislação vigente e no Estatuto Social. A American Life Companhia de Seguros agradece aos seus Segurados, Corretores e demais parceiros de negócios e também à Superintendência de Seguros Privados SUSEP, a confiança depositada na Empresa, e aos nossos colaboradores pela dedicação e valiosas contribuições no desenvolvimento da Seguradora."

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de reais

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Circulante		**224.711**	**198.345**
Disponível		**6.383**	**7.850**
Caixa e bancos	5	6.383	7.850
Aplicações	**6**	**119.858**	**101.903**
Créditos das operações com seguros e resseguros		**41.536**	**42.716**
Prêmios a receber	7.1	34.700	32.983
Operações com seguradoras	7.2	1.572	365
Operações com resseguradoras	7.3	5.264	9.368
Outros créditos operacionais	**8**	**279**	**613**
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**9**	**35.231**	**22.947**
Títulos e créditos a receber		**1.020**	**1.758**
Títulos e créditos a receber		24	73
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	87	956
Depósitos judiciais e fiscais		777	598
Outros créditos a receber	11	132	131
Outros valores e bens		**43**	**20**
Despesas antecipadas		**37**	**10**
Custo de aquisição diferido	**12**	**20.324**	**20.528**
Seguros		20.324	20.528
Não circulante		94.224	56.563
Realizável a longo prazo		93.036	55.259
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.960	2.640
Prêmios a receber	7.1	9.960	2.640
Ativos de resseguro - provisões técnicas	**9**	**31.949**	**14.118**
Títulos e créditos a receber		**1.904**	**54**
Créditos tributários e previdenciários	10.1.1	1.850	-
Outros créditos a receber	11	54	54
Outros valores e bens		**-**	**35**
Custo de aquisição diferidos	**12**	**49.223**	**38.412**
Seguros		49.223	38.412
Investimentos	**13**	**233**	**181**
Participações societárias		233	181
Imobilizado	**14**	**955**	**1.123**
Imóveis de uso próprio		612	647
Bens móveis		343	476
Total do ativo		**318.935**	**254.908**

Passivo	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Circulante		**166.577**	**141.767**
Contas a pagar		**5.269**	**4.640**
Obrigações a pagar	15.1	2.578	1.689
Impostos e encargos sociais a recolher	15.2	1.310	1.334
Encargos trabalhistas	15.3	868	866
Impostos e contribuições	15.4	513	751
Débitos de operações com seguros e resseguros		**49.750**	**33.094**
Prêmios a restituir		626	124
Operações com seguradora		5.559	303
Operações com resseguradoras	16	33.853	25.343
Corretores de seguros e resseguros	17	9.712	7.324
Depósitos de terceiros	**18**	**564**	**602**
Provisões técnicas - seguros	**19**	**110.994**	**103.431**
Danos		46.412	26.109
Pessoas		64.582	77.322
Não circulante		**108.095**	**69.805**
Contas a pagar		**170**	**184**
Tributos diferidos	15	170	184
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		**2.050**	**660**
Corretores de Seguros e Resseguros	17	2.050	660
Provisões técnicas - seguros	**19**	**105.019**	**68.456**
Danos		59.906	20.370
Pessoas		45.113	48.086
Outros débitos		**856**	**505**
Provisões Judiciais	20.1	856	505
Patrimônio líquido		**44.263**	**43.336**
Capital social	21.1	32.278	32.278
Reservas de reavaliação	21.2	256	277
Reservas de lucros	21.3	11.729	10.781
Total do passivo e do patrimônio líquido		**318.935**	**254.908**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 - Em milhares de reais

	Capital social	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2018	**32.278**	**298**	**1.938**	**5.614**	**-**	**40.128**
Realização da reserva de reavaliação	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.640	5.640
Proposta para distribuição do resultado						
Reserva legal	-	-	282	-	(282)	-
Reserva de lucro	-	-	-	2.947	(2.947)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(2.446)	(2.446)
Em 31 de dezembro de 2019	**32.278**	**277**	**2.220**	**8.561**	**-**	**43.336**
Saldo em 1º de janeiro de 2020	**32.278**	**277**	**2.220**	**8.561**	**-**	**43.336**
Realização da reserva de reavaliação.	-	(35)	-	-	35	-
Constituição de tributos sobre reserva de reavaliação	-	14	-	-	-	14
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.640	3.640
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	(737)	-	(737)
Proposta para distribuição do resultado						
Reserva Legal	-	-	182	-	(182)	-
Reserva de Lucro	-	-	-	1.503	(1.503)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(1.990)	(1.990)
Em 31 de dezembro de 2020	**32.278**	**256**	**2.402**	**9.327**	**-**	**44.263**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado	Notas	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Prêmios emitidos		**267.994**	**271.854**
Variação das provisões técnicas de prêmios	24	(38.898)	(41.062)
Prêmios ganhos	**23**	**229.096**	**230.792**
Sinistros ocorridos	**23**	**(70.114)**	**(81.949)**
Custos de aquisição	**25**	**(87.998)**	**(91.007)**
Outras receitas e despesas operacionais	**26**	**(7.387)**	**(6.023)**
Resultado com resseguro	**27**	**(19.901)**	**(11.301)**
Receita com resseguro		20.433	26.361
Despesa com resseguro		(40.334)	(37.662)
Despesas administrativas	**28**	**(26.771)**	**(29.567)**
Despesas com tributos	**29**	**(8.685)**	**(8.726)**
Resultado financeiro	**30**	**(3.133)**	**5.371**
Resultado operacional		**5.107**	**7.590**
Ganhos/(perdas) com ativos não correntes		-	(4)
Resultado antes dos impostos e participações		**5.107**	**7.586**
Imposto de renda	10.1.2	(823)	(673)
Contribuição social	10.1.2	(530)	(436)
Participações sobre o resultado		(114)	(837)
Lucro líquido do exercício		**3.640**	**5.640**
Quantidade de ações		27.114.539	27.114.539
Lucro líquido por ação - R$		0,13	0,21

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019
Em milhares de reais (exceto o lucro por ação)

Demonstração do resultado abrangente	31/12/2020	31/12/2019
Reapresentado		
Lucro líquido do exercício	**3.640**	**5.640**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	**3.640**	**5.640**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
Em milhares de reais

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Atividades Operacionais		
Lucro líquido do exercício	**3.640**	**5.640**
Ajustes para:	**1.258**	**248**
Depreciação e amortizações	186	234
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	1.086	-
Outros Ajustes	(14)	14
Variação nas contas patrimoniais:	**(1.749)**	**(6.534)**
Ativos financeiros	(17.955)	(21.774)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(7.226)	(14.388)
Ativos de Resseguro	(30.115)	(19.278)
Créditos fiscais e previdenciários	(981)	(845)
Depósitos judiciais e fiscais	(179)	108
Despesas antecipadas	(27)	4
Custos de Aquisição Diferidos	(10.607)	(12.718)
Outros Ativos	394	(439)
Impostos e contribuições	2.318	1.871
Outras contas a pagar	144	1.541
Débitos de operações com seguros e resseguros	18.046	11.139
Depósitos de terceiros	(38)	392
Provisões técnicas – seguros e resseguros	44.126	48.171
Provisões judiciais	351	(304)
Outros passivos	-	(14)
Total	**3.149**	**(646)**
Impostos sobre lucro pagos	(2.556)	(1.604)
Caixa Líquido Gerado /Consumido nas atividades Operacionais	**593**	**(2.250)**
Atividades de Investimento		
Pagamento pela compra/Recebimento pela venda		
Investimentos	(52)	155
Imobilizado	(18)	(72)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	**(70)**	**83**
Atividades de Financiamento		
Distribuição de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	(1.990)	(2.446)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	**(1.990)**	**(2.446)**
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(1.467)**	**(4.613)**
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	7.850	12.463
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	6.383	7.850

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2019
Em milhares de reais (exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional-A American Life Companhia de Seguros ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar nos ramos de seguros de pessoas e danos em todo território nacional, podendo ainda participar de outras sociedades, conforme definido na legislação em vigor. Sua composição acionária se dá de 99,9% de ações ao Sr. Pedro Pereira de Freitas e 0,01% de ações destinadas ao Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e Francisco de Assis Fernandes. **2. Principais políticas contábeis-**As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário. A emissão das demonstrações financeiras da Seguradora foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2021. **2.1 Base de preparação-**As principais práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela SUSEP, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras , e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, através da Circular SUSEP 517/2019 e alterações posteriores. O balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2020 está sendo apresentado comparativamente com o balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019. As demonstrações financeiras foram preparadas seguindo os princípios da convenção do custo histórico, modificada pela avaliação ao valor justo de ativos financeiros nas categorias "disponíveis para negociação" e "avaliados ao valor justo através do resultado". As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Seguradora em curso normal. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis. **2.2 Reapresentação das demonstrações financeiras-**As Circulares Susep nº 595/19 e nº 596/19 instituíram um novo critério de apresentação das operações relacionadas ao Consórcio DPVAT, a partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2020. Dessa forma, os saldos relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão sendo reapresentados, para fins de comparabilidade, conforme CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Os ajustes efetuados no balanço patrimonial, demonstração do resultado, e demonstração dos fluxos de caixa foram para os seguintes: **Originalmente**

Ativo	Apresentado 31/12/2019	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Ativo Circulante	266.441	(68.096)	198.345
Aplicações	170.106	(68.203)	101.903
Outros créditos operacionais	506	107	613
Ativo não circulante	56.563	-	56.563
Total do ativo	**323.004**	**(68.096)**	**254.908**
Passivo circulante	209.863	(68.096)	141.767
Provisões técnicas - seguros	-	-	-
Danos	94.205	(68.096)	26.109
Pessoas	77.322	-	77.322
Passivo não circulante	69.805	-	69.805
Patrimônio líquido	43.336	-	43.336
Total do passivo	**323.004**	**(68.096)**	**254.908**

Resultado	Originalmente Apresentado 31/12/2019	Ajustes	31/12/2019 Reapresentado
Prêmio emitido	280.167	(8.313)	271.854
Variação das provisões técnicas de prêmios	(41.531)	469	(41.062)
Prêmios ganhos	238.636	(7.844)	230.792
Receita com emissão de apólice	2.290	(2.290)	-
Sinistros ocorridos	(87.956)	6.007	(81.949)
Custo de aquisição	(91.007)	-	(91.007)
Outras despesas e receitas operacionais	(7.946)	1.923	(6.023)
Resultado com resseguro	(11.301)	-	(11.301)
Despesas administrativas	(31.635)	(2.068)	(29.567)
Despesas com tributos	(8.726)	-	(8.726)
Resultado financeiro	5.235	136	5.371
Resultado operacional	**7.590**	**-**	**7.590**
Ganho com ativos não corrente	(4)	-	(4)
Resultado antes dos impostos e participações	**(7.586)**	**-**	**(7.586)**
Imposto de renda	(673)	-	(673)
Contribuição Social	(436)	-	(436)
Participação sobre o resultado	(837)	-	(837)
Lucro líquido do exercício	**5.640**	**-**	**5.640**

Fluxo de caixa	Originalmente Apresentado 31/12/2019	Ajustes	31/12/2019 Represented
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício	**5.640**	**-**	**5.640**
Ajustes para:	**248**	**-**	**248**
Depreciação e amortizações	234	-	234
Perda (Reversão de perda) por redução ao valor recuperável dos ativos	-	-	-
Outros Ajustes			
Variação das contas patrimoniais	**(8.138)**	**-**	**(6.534)**
Ativos financeiros	(20.858)	(916)	(21.774)
Créditos de operações de seguros e resseguro	(14.388)	-	(14.388)
Ativos de resseguros	(19.278)	-	(19.278)
Créditos fiscais e previdenciários	(845)	-	(845)
Depósitos judiciais e fiscais	108	-	108
Despesas antecipadas	4	-	4
Custos de aquisição diferidos	(12.718)	-	(12.718)
Outros ativos	(380)	(59)	(439)
Impostos e contribuições	267	1.604	1.871
Outras contas a pagar	1.541	-	1.541
Débitos de operações com seguros e resseguros	11.139	-	11.139
Depósitos de terceiros	392	-	392
Provisões técnicas - seguros e resseguros	47.196	975	48.171
Provisões judiciais	(304)	-	(304)
Outros passivos	-	-	(14)
Total	**(2.250)**	**-**	**(646)**

Fluxo de caixa	Originalmente Apresentado 31/12/2019	Ajustes	31/12/2019 Represented
Atividades operacionais			
Impostos sobre lucro pagos	**-**	**(1.604)**	**(1.604)**
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(2.250)**	**-**	**(2.250)**
Atividades de investimento			
Pagamento pela compra/ Recebimento pela venda			
Investimentos	155	-	155
Imobilizado	(72)	-	(72)
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	**83**	**-**	**83**
Atividades de financiamento			
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	(2.446)	-	(2.446)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(2.446)	-	(2.446)
Redução líquida de caixa e equivalente e caixa	(4.613)	-	(4.613)
Caixa equivalente de caixa no início do exercício	12.463	-	12.463
Caixa equivalente de caixa no final do exercício	7.850	-	7.850

2.3 Conversão de moeda estrangeira - (a) Moeda funcional e moeda de apresentação - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do ambiente econômico primário, ou principal, no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras da Seguradora estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Seguradora. **(b) Conversão e saldos denominados em moeda estrangeira -** As transações denominadas em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos ou perdas de conversão de saldos, denominados em moeda estrangeira, resultantes da liquidação de tais transações e da conversão de saldos na data de fechamento de balanço, são reconhecidos no resultado do período. **2.4 Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em espécie, contas bancárias e outros ativos de curto prazo com vencimento original de três meses ou período menor, de alta liquidez e com baixo risco de variação ao valor de mercado. **2.5 Ativos financeiros - 2.5.1 Classificação e mensuração -** Os ativos financeiros no reconhecimento inicial são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, e que determinará o método de mensuração e a forma de reconhecimento dos ganhos ou perdas dos ativos. Os ativos financeiros apresentados como "Valor justo por meio do resultado" são ajustados na data do balanço pelo seu valor de mercado. **(a) Ativos financeiros mensuráveis ao valor justo por meio do resultado -** Esta categoria compreende duas subcategorias: ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados ao valor justo por meio do resultado no momento inicial de sua aquisição. Apenas os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia é a negociação ativa e frequente estão classificados nesta categoria e a contabilização dos ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado. **(b) Recebíveis -** Incluem-se nesta categoria os recebíveis com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Seguradora compreendem "Prêmios a receber", "Ativos de resseguros" e "Demais contas a receber". Os recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros e são avaliados por *impairment* (recuperação) a cada data de balanço. **(c) Determinação do valor justo dos ativos financeiros -** O valor justo dos ativos financeiros é registrado com base em mercado ativo ou cotações públicas. Sem mercado ativo, o valor justo é realizado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referências ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. **2.5.2 Compensação de ativos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são apresentados, substancialmente, de forma segregada no balanço patrimonial da Seguradora. **2.6 *Impairment* (análise de recuperabilidade) de ativos financeiros e não financeiros - (a) Ativos financeiros avaliados ao valor justo -** A cada data de balanço a Seguradora avalia se há evidências de que um determinado ativo classificado nesta categoria está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas por *impairment* registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. Perdas por *impairment* em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas em períodos subsequentes. Para instrumentos de dívida, as perdas com *impairment* registradas são revertidas quando o valor justo do instrumento financeiro aumentar e se o aumento puder ser objetivamente relacionado ao evento que ocorreu após a data que a perda por *impairment* foi inicialmente reconhecida. **(b) Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo recebíveis) -** Os ativos classificados nesta categoria, após seu reconhecimento inicial, são avaliados pela Seguradora a cada data de balanço e, havendo evidência objetiva de perda por *impairment*, é efetuado registro no resultado do período. No que se refere aos prêmios de seguros de danos e pessoas e créditos junto à resseguradoras, a provisão para redução ao valor recuperável é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, que consiste no provisionamento de prêmios vencidos acima de 60 dias e créditos com resseguradores vencidos acima de 180 dias quando esses créditos forem com resseguradoras ou retrocessionárias referentes à restituição de sinistros pagos. **(c) Ativos não financeiros -** Os ativos não financeiros que apresentam vida útil indefinida são testados por *impairment* anualmente. Para os demais ativos não financeiros, o teste é realizado se houver indicação de que o ativo possa ter sofrido desvalorização. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo é superior ao seu valor recuperável através da venda ou uso. Para a identificação da necessidade de realização do teste de *impairment* alguns aspectos são analisados pela administração, tais como: diminuição acima do esperado do valor de mercado de um ativo; mudanças significativas com efeito adverso sobre a entidade que tenham ocorrido durante o período em análise; mudanças nas taxas de juros de mercado ou de retorno sobre investimentos; evidência de obsolescência ou de dano físico de um ativo; dentre outros. O teste é feito agrupando-se os ativos nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sofrido *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão *do impairment* antes do final do período. **2.7 Avaliação de contratos de resseguro -** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores, sendo avaliados consistentemente com os saldos de passivos que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de cessão de resseguro. **2.8 Ativo imobilizado de uso próprio -** O ativo imobilizado de uso próprio compreende imóveis, veículos, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios utilizados na condução dos negócios da Seguradora. O imobilizado de uso próprio é demonstrado ao custo histórico. Conforme previsto pela Lei nº 11.638, o custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo até a data da preparação das demonstrações financeiras. Após estudo da vida útil dos ativos, concluiu-se que as taxas de depreciação não diferem, substancialmente, das utilizadas pela legislação fiscal vigente. O valor residual dos ativos e sua vida útil são revisados e ajustados, se necessário, a cada balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é baixado imediatamente se o valor recuperável do ativo for inferior ao seu valor contábil. **2.9 Investimentos -** Os investimentos representam em sua totalidade ações detidas na Seguradora Líder S.A (DPVAT). **2.10 Contratos de arrendamento mercantil (*leasing*) -** A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa do período pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil-econômica do ativo ou de acordo com o prazo do contrato de arrendamento, quando este for menor. Até a data da divulgação não tivemos contratos de arrendamento mercantil classificados na categoria de *leasing* financeiro. Na categoria de *leasing* operacional, temos equipamentos e veículos. **2.11 Contratos de seguro -** A Seguradora classifica todos seus contratos emitidos como contratos de seguros, uma vez que estes transferem risco significativo de seguro. A Seguradora define como regra geral risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos aos segurados na ocorrência de um evento de seguro (com substância comercial) que são maiores do que os benefícios pagos caso o evento segurado não ocorra. Os contratos de resseguros também são classificáveis segundo os princípios de transferência de risco de seguro conforme CPC11-Contratos de Seguro. **2.12 Avaliação dos passivos originados de contratos de seguros - 2.12.1 Passivos de contratos de seguros -** A Seguradora adotou a isenção contida no CPC11-Contratos de Seguro e utilizou as políticas e práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil que estão relacionadas adiante, utilizadas para avaliação dos passivos de contratos de seguro e ativos de contratos de resseguro. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) pelos valores conhecidos ou estimados, acrescidos, se aplicável, de encargos, variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões técnicas descritas a seguir são calculadas com base em metodologias estatísticas e/ou atuariais e seus critérios, premissas e formulações estão detalhadas em Nota Técnica Atuarial. (a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada pelo método *pro rata die*, com base nos prêmios emitidos objetivando reservar a parcela do prêmio correspondente ao período de risco ainda não decorrido, contado a partir da data-base de cálculo. (b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE) tem como objetivo estimar a parcela de prêmios ainda não ganhos relativos aos riscos assumidos pela Seguradora cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. (c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) é constituída por estimativa com base nos valores a indenizar ao segurado, quando do aviso dos sinistros. (d) A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR) é constituída com base na estimativa dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Seguradora e é calculada a partir do comporta-

Continua >>>

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:57:19

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

mento histórico observado entre a ocorrência e o aviso do sinistro. **2.12.2 Teste de adequação dos passivos -** Em cada data de balanço a Seguradora elabora o teste de adequação de passivos com o objetivo de verificar sua adequação às obrigações decorrentes dos contratos e certificados dos planos de seguro vigentes na data de execução do teste. O teste é elaborado com base em premissas atuais, realistas, as quais são aplicadas com o objetivo de produzir as melhores estimativas correntes para todos os fluxos de caixa futuros brutos de resseguro, incluindo-se as despesas administrativas incrementais e de liquidação de sinistros e deduzindo-se as despesas de aquisição diferidas. Retornos de investimentos, custos de resseguro, apólice e o adicional de fracionamento não são considerados. Para determinação das estimativas correntes dos fluxos de caixa, os contratos são segmentados por grupos de ramos conforme determina a regulamentação específica. Para ramos de risco decorrido, a Seguradora considera o histórico dos prêmios ganhos de cada contrato, para apurar sua melhor estimativa de receita de prêmios em períodos posteriores à data-base de cálculo. Para aferição dos fluxos foi considerada como referência a sinistralidade corrente dos grupos de ramos analisados. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente, a partir de premissas de taxas de juros livres de risco (ETTJ), publicadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), considerando o cupom da curva de juros do indexador da obrigação Taxa Pré. Caso seja identificada qualquer insuficiência no teste em referência, a Seguradora registra imediatamente a perda ajustando provisões que tenham originado tal deficiência. Dado os resultados obtidos pelo Teste de Adequação de Passivo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o passivo encontra-se adequado às necessidades de cobertura dos riscos assumidos. **2.13 Passivos financeiros -** Passivos financeiros são quaisquer passivos que sejam considerados uma obrigação contratual de entregar caixa ou outro ativo financeiro, ou de trocar ativos ou passivos sob condições desfavoráveis, bem como, um contrato que será ou poderá ser liquidado com instrumentos patrimoniais da própria entidade. **2.14 Benefícios a empregados -** A Seguradora possui programa de participação nos lucros de acordo com o disposto na Lei nº 10.101/2000, devidamente acordado com os funcionários. As demais provisões trabalhistas são calculadas segundo normas e leis trabalhistas em vigor na data de preparação das demonstrações financeiras e registradas segundo regime de competência e conforme os serviços são prestados pelos funcionários. **2.15 Outras provisões, ativos e passivos contingentes -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25-"Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes", equivalentes ao IAS37, e leva em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Seguradora conforme segue: (a) Contingências ativas-não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não caibam mais recursos. (b) Contingências passivas--são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. (c) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias-referem-se a demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. **2.16 Impostos sobre o lucro -** A provisão para imposto de renda da pessoa jurídica foi constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10%, sobre o lucro tributável que excede R$ 120 no exercício, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota 15% sobre o lucro tributável. Os créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e os fiscais de apuração de resultados, são registrados no período de ocorrência do fato e são calculados com base nessas mesmas alíquotas. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributário futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser compensadas. As contribuições para o PIS são provisionadas pela alíquota de 0,65% e para a COFINS pela alíquota de 4%, na forma da legislação vigente. **2.17 Apuração do resultado -** O resultado é apurado pelo regime de competência e inclui o seguinte: • Os prêmios de seguros e resseguros e as correspondentes receitas e despesas de comercialização, são contabilizados por ocasião da vigência do risco, fatura ou por estimativa. Nos casos em que o risco coberto somente é conhecido após o decurso do período de cobertura, são reconhecidos nas contas de resultado pelo valor proporcional ao prazo de vigência da apólice. • As receitas e despesas de prêmios e comissões relativas às responsabilidades repassadas aos resseguradores e às outras companhias. • As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e dos resseguradores. **2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio -** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio limita-se à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável e ao que for maior entre: (i) 50% do lucro líquido da Seguradora (depois da dedução da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e antes de se considerar a referida distribuição e quaisquer deduções referentes ao imposto de renda); e (ii) 50% dos lucros acumulados da Seguradora e das reservas de lucros. **3. Estimativas e julgamentos contábeis -** Na elaboração das demonstrações financeiras são utilizadas estimativas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos. Para estas estimativas a administração utiliza experiências de eventos passados e/ou correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. **(a) Cálculo de *impairment* de ativos** - A administração avalia anualmente seus ativos para a verificação da necessidade de registro de *impairment* quando existem evidências claras de que o ativo pode não ser recuperável conforme o CPC01-Redução ao Valor Recuperável de Ativos. **(b) Avaliação de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas -** A Seguradora possui processos judiciais, cíveis e fiscais na data de preparação das demonstrações financeiras. As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas, de acordo com o CPC25-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Na data de preparação das demonstrações financeiras a Seguradora não possuía processos judiciais de natureza trabalhista. **(c) Avaliação de passivos de seguros -** A Seguradora faz uso de fontes internas e externas de informação disponíveis sobre experiência passada, além de indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da administração e, dos atuários da Seguradora para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros de contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Mesmo considerando todos indicadores disponíveis e experiência passada, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados. **(d) Valor justo de instrumentos financeiros -** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos quando relevante é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Seguradora usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data de balanço. **4. Gestão de riscos originados de instrumentos financeiros e contratos de seguros - 4.1 Gestão de risco de seguro -** As operações da Seguradora estão voltadas para a modalidade de Riscos de Pessoas que compreendem: seguro de vida, seguro funeral, seguro de acidentes pessoais, seguro educacional, seguro viagem, seguro prestamista, seguro de diária por internação hospitalar, seguro desemprego (perda de renda), seguro de diária de incapacidade temporária, seguro de perda de certificado de habilitação de voo, DPVAT (seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não), habitacional (coberturas dos Riscos de Morte e Invalidez Permanente). Nossa premissa básica é o atendimento das necessidades dos clientes, customizando a adequação dos riscos oferecidos com lucratividade, priorizamos o nosso compromisso com a responsabilidade social, no sentido de atingirmos segmentos que não possuam acesso a seguros, que não estejam com suas necessidades atendidas ou que possuam produtos inadequados ao seu perfil. Focamos também em nichos com o intuito de sermos especialistas através da elaboração de apólices específicas para cada perfil de cliente "*Taylor-made*". Os seguros disponibilizados podem ser contratados nas seguintes formas: • Individual-quando os segurados preenchem propostas com a declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais. Coletiva-quando os segurados aderem a uma apólice contratada pelo estipulante, que podem ser produtos padronizados ou a produtos específicos, onde as apólices são customizadas de acordo com a necessidade e pedido dos clientes. Os seguros são angariados por corretores legalmente habilitados. A Administração acredita que o limite de retenção atual é consistente com as práticas de subscrição e não afetam a capacidade da Seguradora em conduzir seus negócios, os quais se orientam na busca de crescimento contínuo. Em agosto de 2013 foi concedido a Seguradora, através da portaria Susep nº 5.465, direito a operar seguros de danos. O cálculo do excedente de responsabilidade compreende a diferença entre o limite de retenção praticado pela Seguradora e o limite de resseguro automático. **4.2 Covid -** Apesar do inesperado surgimento e propagação da pandemia do Covid-19, e seu potencial de impacto, a American Life reagiu tempestivamente, e colocou grande parte dos colaboradores em regime de home-office, mantendo seus processos e fluxo de informações de forma dinâmica através da implementação de recursos tecnológicos. Para os colaboradores que pela natureza de seus trabalhos continuaram a comparecer em nossos escritórios, implantamos os protocolos de segurança necessários para manutenção da saúde de todos. Em dezembro/2020, observamos perdas pontuais nos prêmios ganhos no seguro viagem e no produto RCO, uma vez que grande parte da frota de ônibus ficou paralisada; no entanto tivemos acréscimo no seguro dos ramos garantia e habitacional no mesmo período. Destaca-se que o índice de sinistralidade apresentou redução de 6,26% p.p. de 30,60% em 2020 e 36,86% em 2019. Considerando o exposto acima não tivemos impactos significativos na presente demonstração financeira e não vislumbramos impactos significativos futuros, acreditamos que no exercício vindouro, a carteira de RCO voltará aos patamares anteriores a pandemia e a carteira do seguro garantia continuará em crescimento. Assim cremos na recuperação dos 7% de perdas observadas nas carteiras do RCO e Viagem neste exercício. Por outro lado, estamos alertas na publicação de novas leis e/ou ordens judiciais que poderão criar impactos financeiros e tributários na atividade da Seguradora. **4.3 Sensibilidade do risco de seguro -** O risco de seguro é definido como a possibilidade de perdas decorrentes de falhas nos produtos de seguros bem como a inadequação em relação subscrição e precificação. Das operações de seguros, as provisões de sinistros representam valor significativo do passivo e correspondem aos diversos compromissos financeiros futuros da seguradora com seus clientes. Em função da relevância do montante financeiro e das incertezas que envolvem os cálculos das provisões, foram consideradas na análise de sensibilidade das provisões técnicas de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR, Provisão de Sinistros a Liquidar e, de Insuficiência de Prêmios - PIP. Para isto foram simulados cenários, conforme descrito abaixo, e como estes cenários afetariam o resultado e o patrimônio líquido: **1.** Provisões Técnicas: recálculo do saldo das provisões técnicas com alteração nas principais premissas utilizadas no cálculo: **1.1.** IBNR: agravo de 5% nos sinistros que compõem a provisão. O parâmetro de sensibilidade utilizado considerou um aumento em todos os sinistros ocorridos e avisados, do período de 36 meses; **1.2.** PSL: agravo de 5% no valor do sinistro avisados, mas ainda pendentes; **1.3.** PDR: agravo de 5% no valor das despesas relacionadas a sinistro retido utilizado no cálculo. O resultado obtido demonstra que mesmo com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido a Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG - é mais do que suficiente para a cobertura dos sinistros e despesas futuras; **1.4.** IBNeR: agravo de 5% no valor da provisão para ajuste da PSL; (b) Sinistralidade: total de sinistros ocorridos com uma elevação de 5% no valor do sinistro retido da carteira. (c) Despesas Administrativas: uma elevação de 5% no valor das despesas administrativas da carteira.

Considerando as premissas acima descritas, os valores apurados são (brutos de impostos):

		Impacto sobre o Patrimônio Líquido		Impacto no Resultado	
Fator de Risco	**Sensibilidade**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**	**Valores Brutos de Resseguro**	**Valores Líquidos de Resseguro**
1. Provisões Técnicas	Total das alterações sobre as provisões técnicas	**-2.168**	**-1.359**	**-2.168**	**-1.359**
1.1.IBNR	Agravo de 5% nos sinistros ocorridos	**-787**	**-604**	**-787**	**-604**
1.2.PSL	Agravo de 5% nos sinistros avisados	**-1.135**	**-706**	**-1.135**	**-706**
1.3.PDR	Agravo de 5% na provisão	**-49**	**-49**	**-49**	**-49**
1.4.IBNeR	Agravo de 5% na provisão	**-197**	**0**	**-197**	**0**
1.5. PCC	Agravo de 5% nos sinistros retidos	**-**	**-**	**-**	**-**
1.6. PCC	Agravo de 5% nas Despesas Administrativas	**-**	**-**	**-**	**-**
2. Sinistro Retido	Elevação do sinistro retido em 5%	**-174**	**-**	**-174**	**-**
3. Despesas Administrativas	Elevação nas despesas administrativas em 5%	**-1.339**	**-**	**-1.339**	**-**

4.4 Gestão de riscos financeiros - A carteira de investimentos está exposta a riscos financeiros que são monitorados através de instrumentos e modelos de análise de risco, que levam em consideração o cenário econômico e os requerimentos regulatórios que norteiam os negócios e ativos financeiros da Seguradora. Os principais fatores de risco que afetam o negócio da Seguradora são: **(a) Risco de mercado -** Risco de mercado está associado a perdas potenciais advindas de variações em preços de ativos financeiros, taxas de juros, moedas e índices. O principal fator de risco de mercado presente no balanço é a taxa de juros pré-fixada. O cálculo do valor de mercado segue critérios estritos de independência com relação à coleta de preços referenciais de mercado e construção de estrutura, a termo das diversas taxas de juros. De modo geral, o valor de mercado é a melhor estimativa do valor presente de um fluxo de caixa; uma vez possuindo os fluxos de caixa de toda a instituição e os vários preços/estruturas de taxa de juros, efetua-se o cálculo do valor de mercado. **(b) Risco de crédito -** A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam rating de crédito igual ou superior aqueles estabelecidos em nossa política. A política de aplicações financeiras adotada pela administração da Seguradora estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco seja entre "AAA" até "BBB", ou seja, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada, através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI ou taxa SELIC, em investimentos com alta liquidez e segurança. **(c) Risco de liquidez -** Risco de liquidez é relacionado ao descasamento da estrutura de ativos e passivos com relação aos fluxos efetivos de pagamento destes. São analisados mensalmente indicadores de liquidez oriundos dos saldos de contas do balanço. A política de gestão de riscos da Seguradora visa assegurar que a carteira de investimentos esteja adequada ao perfil e limites de risco apropriados ao negócio da empresa e alinhados à política de investimento definida. A Seguradora busca realizar a gestão dos ativos financeiros através da diversificação das aplicações quanto ao nível de exposição e limites de alocação dos ativos, visando mitigar os riscos e garantir retornos sustentáveis. O programa e a política de resseguro somente consideram participantes de mercado resseguradores com alta qualidade de crédito. Até a data-base de análise, a Seguradora mantém parceria com:

Resegurador	**TIPO**	**Rating AM Best**	**Rating S&P**
IRB BRASIL RESSEGUROS S.A.	LOCAL	A-	-
Reaseguradora Patria	EVENTUAL	A-	-
MS AMLIN AG	EVENTUAL	A	A
AUSTRAL RESSEGURADORA S/A	LOCAL	B++	AAA
MARKEL INTERNATIONAL INSURANCE COMPANY LIMITED	EVENTUAL	A	A

Resegurador	**TIPO**	**Rating AM Best**	**Rating S&P**
Allied World's Lloyd's Syndicate AWH 2232	ADMITIDA	A	A+
EVEREST REINSURANCE COMPANY	ADMITIDA	A+	A+
AFRICAN REINSURANCE CORPORATION	EVENTUAL	A	A-
Pembroke (PMA) Lloyd's Syndicate PEM 4000	ADMITIDA	A	A+
Beazley Lloyd's Syndicate AFB 2623	ADMITIDA	A	A+

(d) Capital adicional para risco de subscrição, de crédito e operacional - No Brasil, acompanhando a tendência mundial de fortalecimento do mercado segurador, a SUSEP divulgou normas que alteraram, as regras de alocação de capital dos riscos provenientes da subscrição para os diversos ramos de seguros e também os critérios de atuação do órgão regulador em relação à eventual insuficiência de capital das seguradoras. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora apresentou-se superior ao valor exigido pelas regras de capital mínimo vigentes à época da apuração (vide nota 21.5). **(e) Resumo da estrutura de gerenciamento de risco -** A Seguradora detém em sua estrutura políticas e procedimentos que visam o gerenciamento de riscos. A estrutura existente é adequada aos riscos a que a Seguradora se encontra exposta e é compatível com a natureza e a complexidade das operações e dos produtos comercializados.

5. Caixa e equivalente de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e Bancos	6.383	7.850
	6.383	**7.850**

6. Ativos financeiros - 6.1 Títulos e valores mobiliários - A classificação dos títulos e valores mobiliários por categoria e vencimento é apresentada da seguinte forma:

	31/12/2020			31/12/2019 Reapresentado		
Títulos para negociação	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**%**	**Valor de Curva**	**Valor de mercado**	**%**
Quotas de fundos de investimentos	1.016	1.016	1%	112	115	1%
Letras Financeiras do Tesouro	113.877	112.883	94%	92.083	92.081	90%
Ações - IRB	1.037	1.037	1%	4.943	4.943	5%
Letras financeiras subordinadas	4.921	4.922	4%	4.762	4.764	4%
	120.851	**119.858**		**101.900**	**101.903**	

6.1.1 Composição por prazo de vencimento

	Sem Vencimento	Até Seis Meses	De seis a 12 meses	Acima de 12 meses	31/12/2020 Total	31/12/2019 Reapresentado Total
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado (*)						
Letras Financeiras do Tesouro	-	23.438	29.169	60.276	112.883	92.081
Quotas de fundos de investimentos	1.016	-	-	-	1.016	115
Ações - IRB	1.037	-	-	-	1.037	4.943
Letras financeiras subordinadas	-	-	-	4.922	4.922	4.764
	2.053	**23.438**	**29.169**	**65.198**	**119.858**	**101.903**

(*) Para fins de fluxo de caixa os títulos classificados como negociação, embora tenham vencimento superior a 12 meses, vem sendo utilizado operacionalmente no pagamento das obrigações em complemento aos demais recursos de caixa, sendo os saldos alocados integralmente no ativo circulante, e por ter também liquidez diária. **(a) Taxa de juros contratada -** A taxa de juros contratada para os títulos relacionados acima são LFS - CDI para LFT-SELIC.

(b) Movimentação dos títulos e valores mobiliários - A movimentação das aplicações é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro:

Em 31 de dezembro de 2019	**101.903**
Aplicações	53.524
Resgates	(33.738)
Rendimentos	(1.831)
Em 31 de dezembro de 2020	**119.858**

7. Créditos e débitos das Operações com Seguros e Resseguros
7.1 Prêmios a receber de segurados

	Prazo médio de parcelamento	31/12/2020 Prêmios a receber de Segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber líquido	31/12/2019 Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a Receber Líquido
Patrimonial	4	20	14	6	23	(12)	11
Pessoas individual	1	851	9	842	2.533	(238)	2.295
Pessoas Coletivo	6	16.736	234	16.502	20.996	(872)	20.124
Habitacional	1	97	3	94	633	(3)	630
Transportes	6	8.481	1.485	6.996	6.563	(411)	6.152
Riscos Financeiros	2	20.627	407	20.220	6.683	(272)	6.411
		46.812	**2.152**	**44.660**	**37.431**	**(1.808)**	**35.623**
Circulante				**37.732**			**32.983**
Não circulante				**9.080**			**2.640**

Composição quanto aos prazos de vencimento

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer (*)	42.814	32.259
Vencidos até 31 dias (*)	984	2.738
Vencidos de 31 a 60 dias	617	1.275
Vencidos de 61 a 90 dias	389	254
Vencidos de 91 a 120 dias	153	135
Vencidos há mais de 120 dias	1.856	770
	46.813	**37.431**
Redução ao valor recuperável	(2.153)	(1.807)
Vencidos até 31 dias (*)	(-)	(425)
Vencidos de 31 a 60 dias	(1)	(299)
Vencidos de 61 a 90 dias	(143)	(254)
Vencidos de 91 a 120 dias	(153)	(133)
Vencidos há mais de 120 dias	(1.856)	(697)
	44.660	**35.623**

7.1.2 Movimentação dos prêmios a receber	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Prêmios pendente no início do exercício	35.623	27.361
Prêmios emitidos	330.579	349.362
Riscos vigentes e não emitidos	(3.187)	2.003
IOF	(755)	(1.694)
Cancelamentos	(30.336)	(35.099)
Recebimentos	(286.920)	(305.672)
Redução ao valor recuperável	(344)	(638)
	44.660	**35.623**

(*) Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 o saldo de RVNE foi alocado na faixa de a vencer para melhor apresentação, representado R$12.491 e R$15.678, respectivamente.

7.2 Operações com Seguradoras	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Prêmio de cosseguro aceito	206	49
Recuperação de sinistros cosseguro cedido	30	199
Outros créditos	1.336	117
	1.572	**365**

7.3 Operações com resseguradoras	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Sinistros à recuperar	6.378	9.725
Redução ao valor recuperável	(1.114)	(357)
	5.264	**9.368**

8. Outros créditos operacionais	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Consórcio - DPVAT	31	329
Outros créditos	248	284
	279	**613**

9. Ativos de resseguros-provisões técnicas	**31/12/2020**	**31/12/2019**
PPNG-resseguro	54.276	24.763
Prêmio de Resseguro - RVNE	562	654
Sinistros pendentes de pagamento	8.584	7.607
Provisão para sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR	3.668	3.859
Provisão despesas relacionadas - Resseguro	90	182
	67.180	**37.065**
Circulante	**35.231**	**22.947**
Não circulante	**31.949**	**14.118**

10. Títulos e créditos a receber - 10.1 Impostos e contribuições
10.1.1 Créditos tributários e previdenciários

Circulante	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Impostos de renda a compensar	23	29
Contribuição social a compensar	10	11
Impostos de renda diferido - ajustes temporários	-	549
Contribuição social diferida - ajustes temporários	-	329
Outros	54	38
	87	**956**

Não circulante	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Impostos de renda diferido - ajustes temporários	1.156	-
Contribuição social diferida - ajustes temporários	694	-
	1.850	**-**

10.1.2 Reconciliação da despesa do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro

	31/12/2020		31/12/2019	
	I.R.	**C.S.**	**I.R.**	**C.S.**
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações	4.993	4.993	6.749	6.749
Juros sobre capital próprio	(1.990)	(1.990)	(2.446)	(2.446)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social após participações e JCP	3.003	3.003	4.303	4.303
Alíquota vigente-%	25	15	25	15
IRPJ/CSLL pela alíquota fiscal	(751)	(451)	(1.076)	(646)
Diferenças permanentes	(72)	(79)	404	210
Total despesa de IR e CS	(823)	(530)	(672)	(436)
IR e CS correntes	1.430	895	1.186	744
IR e CS diferidos	(607)	(365)	(514)	(308)
Alíquota efetiva-%	27	17	16	10

11. Outros créditos	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Circulante		
Adiantamentos a funcionários	132	131
	132	**131**
Não circulante		
Outros créditos a receber-conta Gráfica	54	54
	54	**54**

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. A mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtida conforme os critérios abaixo: • Títulos públicos federais-foram calculados com base no "Preço Unitário de Mercado", informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Ações foram calculadas com base no preço de fechamento divulgada pela B3 S.A.-Brasil Bolsa e Balcão. **6.2 Estimativa de valor justo -** O CPC 40 (R1)-Instrumentos financeiros: Evidenciação requer a divulgação por nível relacionada à mensuração do valor justo com base nos seguintes níveis: (a) Preços cotados (não ajustados) em mercados Ativos para Ativos idênticos (Nível 1). (b) Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto (Nível 2). Com exceção das quotas de fundos, Letras Financeiras subordinadas, que são classificados no Nível 2, os demais investimentos estão classificados no Nível 1. **6.2.1 Composição da carteira por classe e por categoria contábil em 31 de dezembro de 2020 -** A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros de propriedades da Seguradora distribuídos por *rating* de crédito conforme agencias de risco Fitch Ratings e Standard & Poor's.

		31/12/2020	31/12/2019
	Rating	**Valor de mercado**	**Reapresentado Valor de mercado**
Ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio de resultado		**119.858**	**101.903**
Ativos prefixados			
Privado			
Quotas de fundo de investimento	Sem rating	1.016	115
Letras financeiras subordinadas	BB-	4.922	4.764
Ativos pós-fixados			
Públicos			
Letras financeiras do tesouro	BB-	112.883	92.081
Renda variável			
Ações - IRB	BB-	1.037	4.943
Exposição máxima ao risco de crédito		**119.858**	**101.903**

12. Custo de aquisição diferidos - A classificação e movimentação dos custos de aquisições diferidos é apresentada da seguinte forma em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2019	Constituição	Reversão	31/12/2020
Patrimonial	1	61	(59)	3
Transporte	1.390	20.962	(20.853)	1.499
Pessoas coletivo	51.185	859.524	(866.158)	44.551
Pessoas individual	60	528	(571)	17
Riscos financeiros	6.304	275.097	(257.924)	23.477
	58.940	**1.156.172**	**(1.145.565)**	**69.547**
Circulante	**20.528**			**20.324**
Não circulante	**38.412**			**49.223**
	31/12/2018	**Constituição**	**Reversão**	**31/12/2019**
Patrimonial	6	147	(152)	1
Transporte	979	15.900	(15.489)	1.390
Pessoas coletivo	41.906	797.201	(787.922)	51.185
Pessoas individual	77	887	(904)	60
Riscos financeiros	3.253	106.947	(103.896)	6.304
	46.221	**921.082**	**(908.363)**	**58.940**

O custo de aquisição diferido, referente, as despesas diretamente relacionadas ao valor do prêmio comercial e, registrado em decorrência da emissão da apólice e/ou endosso, é diferido de acordo com o prazo de vigência do período de cobertura do risco.

13. Investimentos - As contas de investimentos apresentaram o seguinte saldo:

	31/12/2020	31/12/2019
Participação Seguradora Líder (DPVAT)	233	181
	233	**181**

A movimentação no período refere-se ao ajuste da participação da Seguradora Líder.

14. Imobilizado - As contas do ativo imobilizado apresentaram as seguintes movimentações:

Bens de uso próprio	**Saldo residual em 31/12/2019**	**Aquisições**	**Despesa de depreciação**	**Valor líquido em 31/12/2020**	**Taxas anuais depreciação - %**
Terrenos	186	-	-	186	-
Edificações	461	-	(35)	426	4
Bens móveis					
Informática	156	13	(67)	102	20
Móveis, máquinas e utensílios	113	5	(17)	101	10
Veículos	207	-	(67)	140	20
	1.123	**18**	**(186)**	**955**	

Bens de uso próprio	**Saldo residual em 31/12/2018**	**Aquisições**	**Despesa de depreciação**	**Valor líquido em 31/12/2019**	**Taxas anuais depreciação - %**
Terrenos	186	-	-	186	-
Edificações	496	-	(35)	461	4
Bens móveis					
Informática	197	25	(66)	156	20
Móveis, máquinas e utensílios	106	24	(17)	113	10
Veículos	300	-	(93)	207	20
	1.285	**49**	**(211)**	**1.123**	

15. Contas a pagar

15.1 Obrigações a pagar	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Fornecedores	1.833	1.301
Participação nos lucros e dividendos	727	364
Gratificação	18	24
	2.578	**1.689**

15.2 Impostos e encargos sociais a recolher	**31/12/2020**	**31/12/2019**
IOF sobre prêmios de seguros	734	620
INSS	233	239
IRRF	270	292
Fundo de Garantida do Tempo de Serviço (FGTS)	67	55
Imposto sobre serviço	29	37
Outros	(23)	91
	1.310	**1.334**

15.3 Encargos trabalhistas	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Férias a pagar	650	648
Encargos sociais a recolher	218	218
	868	**866**

15.4 Impostos e contribuições	**31/12/2020**	**31/12/2019**
Passivo circulante-impostos e contribuições		
IR e CS	93	326
COFINS	361	366
PIS	59	59
	513	**751**
Passivo não circulante-provisão para tributos diferidos Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação	170	184
	170	**184**

16. Débitos com operação de resseguro

	Local	Eventual	Admitida	31/12/2020 Total
Prêmios líquidos de comissão	20.706	4.540	9.237	33.853
	20.706	**4.540**	**9.237**	**33.853**

Continua >>>

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:57:46

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

	Local	Eventual	Admitida	31/12/2019 Total
Prêmios líquidos de comissão	19.658	2.188	3.497	25.343
	19.658	**2.188**	**3.497**	**25.343**

17. Corretores de seguros e resseguros

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Comissões a pagar	2.359	3.060
Comissões sobre prêmios emitidos	7.353	4.264
	9.712	**7.324**
Não Circulante		
Comissões sobre prêmios emitidos	2.050	660
	2.050	**660**

18. Depósitos terceiros

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmios e emolumentos	564	602
	564	**602**

Aging de Depósitos de Terceiros:	31/12/2020	31/12/2019
De 01 a 30 dias	260	571
De 31 a 60 dias	4	3
De 61 120 dias	31	20
De 121 a 180 dias	36	-
Mais de 180 dias	233	8
	564	**602**

19. Provisões técnicas de seguros

	Prêmios não ganhos	Sinistros liquidar	Sinistros ocorridos mas não avisados	PDR-Prov Despesas Relacionadas	31/12/2020 Total	31/12/2019 Reapresentado
RC ônibus	2.074	1.269	121	62	3.526	2.300
RCFV ônibus	4.693	8.205	1.283	240	14.421	12.260
R. C. Profissional	154	-	-	-	154	-
Compreensivo empresarial	8	-	5	-	13	17
Compreensivo residencial	7	-	7	-	14	26

Desenvolvimento de sinistros brutos de resseguro

Data de aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	31/12/2020
Ajuste da IBNR	463	310	105	1.428	1.537	1.537	2.565	3.574
PSL Adm	2.455	2.198	2.193	2.218	2.246	3.769	4.829	7.506
PSL Jud	1.514	1.769	3.196	5.158	8.923	15.232	17.597	19.102
Provisão de Sinistro	4.432	4.277	5.493	8.804	12.705	20.537	24.991	30.183
Pagamentos acumulados	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	1.040	1.040	1.166	1.877	2.102	3.198	13.605	-
Após dois anos	362	804	911	1.221	1.941	12.737	-	-
Pagamentos acumulados	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após três anos	487	531	663	815	6.566	-	-	-
Após quatro anos	572	722	1.131	5.596	-	-	-	-
Após cinco anos	1.079	1.476	4.210	-	-	-	-	-
Após seis anos	1.345	3.074	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	3.557	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	848	1.038	1.197	1.387	3.083	5.703	11.020	26.608
Após dois anos	1.037	1.218	1.621	1.993	4.323	8.330	-	-
Após três anos	1.164	1.379	1.770	2.210	5.037	-	-	-
Após quatro anos	1.113	1.339	1.639	2.280	-	-	-	-
Após cinco anos	1.488	1.791	2.170	-	-	-	-	-
Após seis anos	1.724	2.016	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	1.998	-	-	-	-	-	-	-
Provisão reestimada	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	1.889	2.079	2.363	3.264	5.185	8.901	24.625	26.608
Após dois anos	1.400	2.022	2.532	3.213	6.264	21.067	-	-
Após três anos	1.651	1.911	2.433	3.025	11.603	-	-	-
Após quatro anos	1.685	2.062	2.770	7.876	-	-	-	-
Após cinco anos	2.567	3.267	6.380	-	-	-	-	-
Após seis anos	3.068	5.090	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	5.554	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	9.289	8.687	9.277	10.895	13.692	21.639	24.625	26.608
Passivo reconhecido no balanço	4.432	4.277	5.493	8.804	12.705	20.537	24.991	30.183
Deficit / Superavit	(4.857)	(4.410)	(3.784)	(2.091)	(987)	(1.102)	366	3.575
%	-52%	-51%	-41%	-19%	-7%	-5%	1%	13%

Desenvolvimento de sinistros líquidos de resseguro

Data de aviso	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	31/12/2020
Ajuste da IBNR	463	310	105	1.428	1.537	1.537	2.565	3.574
PSL Adm	2.455	2.134	2.120	2.160	2.201	3.370	3.760	4.474
PSL Jud	1.078	1.711	3.141	4.711	6.646	10.569	11.059	13.550
Provisão de Sinistro	3.996	4.155	5.366	8.300	10.383	15.476	17.384	21.598
Pagamentos acumulados	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	841	841	967	1.431	1.625	2.089	7.904	-
Após dois anos	362	804	906	1.207	1.804	8.834	-	-
Após três anos	427	472	603	755	5.368	-	-	-
Após quatro anos	572	722	1.131	5.249	-	-	-	-
Após cinco anos	963	1.306	4.035	-	-	-	-	-
Após seis anos	1.345	2.984	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	3.349	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de sinistros	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	845	1.030	1.189	1.375	2.073	3.215	5.795	18.024
Após dois anos	1.010	1.187	1.589	1.926	3.163	5.244	-	-
Após três anos	1.147	1.362	1.748	2.109	3.660	-	-	-
Após quatro anos	1.094	1.320	1.612	2.145	-	-	-	-
Após cinco anos	1.440	1.743	2.113	-	-	-	-	-
Após seis anos	1.660	1.943	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	1.942	-	-	-	-	-	-	-
Provisão reestimada	**2013**	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**31/12/2020**
Após um ano	1.686	1.872	2.156	2.805	3.698	5.304	13.699	18.024
Após dois anos	1.372	1.990	2.495	3.133	4.967	14.078	-	-
Após três anos	1.574	1.834	2.351	2.864	9.029	-	-	-
Após quatro anos	1.665	2.042	2.744	7.394	-	-	-	-
Após cinco anos	2.403	3.049	6.148	-	-	-	-	-
Após seis anos	3.004	4.928	-	-	-	-	-	-
Após sete anos	5.291	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa corrente	8.704	8.160	8.831	10.016	10.871	14.137	13.699	18.024
Passivo reconhecido no balanço	3.996	4.155	5.366	8.300	10.383	15.476	17.384	21.598
Deficit / Superavit	(4.708)	(4.005)	(3.465)	(1.716)	(488)	1.339	3.685	3.574
%	-54%	-49%	-39%	-17%	-4%	9%	27%	20%

No desenvolvimento de sinistro, não são considerados os sinistros do ramo 0986 Dotal, se referem a casos pontuais de sinistros, uma vez questionados judicialmente, e que a Seguradora não comercializa tal produto.

20. Outros débitos - 20.1 Provisões judiciais - As provisões para contingências passivas foram constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos e o histórico de perdas; a administração da Seguradora entende que estas provisões são suficientes para fazer frente a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. **(a) Processos cíveis -** Referem-se a processos movidos por segurados ou terceiros reivindicando o pagamento de coberturas não contratadas nas respectivas apólices ou por outros motivos não relacionados a sinistro. **(b) Processos de sinistros -** A Seguradora tem registro de processos de sinistros em discussão judicial incluídos na rubrica de "Sinistros a liquidar", que em 31 de dezembro de 2020 apresentava o montante R$ 9.768 (R$ 7.826 em 2019). A PSL judicial é estimada de acordo com as normas da SUSEP e/ou nota técnica atuarial aprovada pela SUSEP, conforme previamente estabelecido em política interna.

As contingências em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão classificadas conforme a avaliação dos assessores jurídicos está assim representada:

Chance de Ocorrência	Processos cíveis Quantidade	Processos cíveis Valor reclamado	Processos cíveis Valor provisionado	Sinistros judiciais Quantidade	Sinistros judiciais Valor reclamado	Sinistros judiciais Valor Provisionado
Provável	5	874	856	121	15.730	3.535
Possível	32	1.765	-	59	11.691	1.458
Remota	85	4.289	-	271	16.085	4.775
Total - 2020	**122**	**6.929**	**856**	**451**	**43.506**	**9.768**
Provável	4	16	56	75	5.254	1.678
Possível	61	865	322	53	4.122	1.040
Remota	65	1.672	127	257	14.891	5.108
Total - 2019	**130**	**2.553**	**505**	**385**	**24.267**	**7.826**

	Sinistros judiciais
Movimentação de Sinistros Judicias	
Saldo inicial em 31 de dezembro de 2018	7.954
(+) Adições	766
(-) Baixas	(894)
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	7.826
(+) Adições	14.766
(-) Baixas	(12.824)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	9.768

O *aging* das provisões de sinistros judiciais tem por base o tempo de pendência a partir da data de aviso ou de transferência de processo administrativo para judicial:

31/12/2020 Vencidos					
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
1.408	2.915	2.325	786	2.333	9.767

31/12/2019 Vencidos					
Até um ano	Até dois anos	Até três anos	Até quatro anos	Acima de cinco anos	Total
847	2.201	1.228	577	2.973	7.826

21. Patrimônio líquido - 21.1 Capital social - O capital social está representado pelo valor de R$ 32.278 (R$ 32.278 em 2019), mediante a emissão de 27.114.539 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, o qual foi aprovado pela Portaria SUSEP nº 967, de 12 de maio de 2009, composto por 27.114.537 ações do Sr. Pedro Pereira de Freitas, 1 ação do Sr. Paulo de Oliveira Medeiros e 1 ação do Sr. Francisco de Assis Fernandes. **21.2 Reservas de reavaliação -** Constituída em períodos anteriores em decorrência das avaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação emitidos por peritos especializados. **21.3 Reservas de lucros - (a) Reserva legal -** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5 % do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/1976. **(b) Reserva estatutária -** A reserva estatutária tem como finalidade preservar a integridade do patrimônio social, evitando a descapitalização resultante da distribuição de lucros não realizados. Serão destinados a essa reserva, em cada período, os lucros líquidos não realizados que ultrapassarem o valor destinado a reserva de lucros a realizar prevista no artigo 197 da Lei nº 6.404/1976. **21.4 Dividendos** - De acordo com o estatuto social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido anual. Em 2020, a Seguradora distribuiu juros sobre o capital próprio sobre o lucro do exercício no montante de R$ 1.990. Foi recolhido imposto retido na fonte de R$ 298. A Assembleia Geral dos acionistas também decidiu pela distribuição de dividendos relativos a lucros de exercícios anteriores no montante de R$ 737. **21.5 Patrimônio líquido ajustado e Capital Mínimo Requerido -** A Resolução CNSP nº 321/2015 estabelece os critérios de exigência de capital a serem observados para operação de seguros. Essa resolução, em conjunto com a Resolução CNSP nº 343/2019, incorporou o capital adicional de risco operacional e alterou a regra de cálculo resultando em um capital regulatório menor a partir de janeiro de 2020.

O critério estabelecido define que o Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) da Seguradora deverá ser maior ou igual ao Capital Mínimo Requerido (CMR) no fechamento mensal de seus balancetes. O CMR é composto pelo capital-base e capital de risco, seu valor será o maior entre esses dois valores.

O patrimônio líquido ajustado e capital mínimo requerido apresentam-se da seguinte:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio líquido	**44.263**	**43.336**
(-) Participações societárias	(234)	(181)
(-) Despesas antecipadas	(37)	(10)
(-) Custo de aquisição	(364)	(462)
(+) Superávit Prov de fluxo de prêmio	258	325
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	**43.886**	**43.008**
	15.000	**15.000**
Capital base (a)		
Capital adicional-risco de subscrição	24.991	29.556
Capital de mercado	1.504	1.181
Capital adicional-risco de crédito	3.350	1.939
Benefício da diversificação	(2.586)	(1.779)
Capital adicional-risco de operações	841	886
Capital adicional de risco (b)	**28.100**	**31.783**
Capital Mínimo Requerido (CMR)	28.100	31.783
2020 - maior valor entre (a) e (b)	**28.100**	**31.783**
Suficiência de capital (PLA-CMR)	15.786	11.225
Ativos Líquidos		
Excesso a necessidade de cobertura de Provisões Técnicas	20.220	22.159
20% do Capital de Risco (CR)	(5.620)	(6.357)
Suficiência de ativos líquidos em relação ao CR	**14.600**	**15.802**

22. Partes relacionadas - As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

Parte Relacionada	31/12/2020 Ativo	Passivo	Receita	Despesa	31/12/2019 Ativo	Passivo	Receita	Despesa
Fmcr Administradora de Franchising Ltda (i)	-	-	-	612	-	-	-	600
No Ma' am Empreendimentos e Participações Ltda (ii)	-	-	-	512	-	-	-	561
Segservice Administração e corretagem de Seguros Ltda (iii)	-	-	-	20	-	-	-	18
Protect Administradora e corretagem de seguros Ltda (iv)	-	-	-	6	-	-	-	5
Christian de Freitas Sociedade Individual de Advocacia (v)	-	-	-	594	-	-	-	592

(i) Refere-se a prestação de serviços de consultoria em marketing para a promoção da marca Alseg e seus produtos na rede de franquia e seus clientes. (ii) Refere-se a prestação de serviços para a prospecção de novos clientes (representantes/corretores) e de relacionamento com determinados clientes da Seguradora (iii) Refere-se a prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (iv) Refere-se a prestação de serviços para promoção de vendas de produtos da American Life. (v) Refere-se a prestação de serviços advocatícios, para os quais contempla também a supervisão das ações judiciais da Seguradora junto aos demais advogados externos. **23. Composição prêmios ganhos, sinistros ocorridos e custos de aquisição -** Os principais ramos em que a Seguradora opera e seus principais indicadores de desempenho são em 31 de dezembro de 2020:

Operacional bruto de resseguro	Prêmios ganhos 2020	Prêmios ganhos 2019 Reapresentado	Sinistros ocorridos 2020	Sinistros ocorridos Percentual	Sinistros ocorridos 2019 Reapresentado	Sinistros ocorridos Percentual	Custo de aquisição 2020	Custo de aquisição Percentual	Custo de aquisição 2019 Reapresentado	Custo de aquisição Percentual
Compreensivo-Resid/Empres.	40	87	(3)	8%	(23)	27%	(9)	23%	(26)	30%
Transportes - RCO	38.870	42.856	(12.142)	31%	(14.173)	33%	(8.149)	21%	(8.705)	20%
Auxílio funeral	9.252	8.935	(2.264)	24%	(2.725)	30%	(4.061)	44%	(4.038)	46%
PCHV	37	47	11	(30)%	(130)	275%	(3)	7%	(5)	10%
Prestamista	31.314	36.691	(7.128)	23%	(5.904)	16%	(19.474)	62%	(23.189)	64%
Acidentes pessoais	19.840	19.747	(1.851)	9%	(3.723)	19%	(9.071)	46%	(8.633)	44%
Doenças graves ou terminais	36	42	(114)	321%	(20)	48%	(15)	41%	(16)	40%
Desemprego/Perda de renda	15	16	(152)	985%	(391)	2518%	(7)	44%	(7)	43%
Renda de eventos aleatórios	16	31	8	(49)%	(24)	76%	-	(2)%	(1)	2%
Vida em Grupo	91.534	91.633	(38.172)	42%	(39.007)	43%	(40.439)	44%	(43.779)	48%
Habitacional	12.326	7.567	(4.189)	34%	(1.932)	26%	(1.175)	10%	(737)	10%
Garantia	21.798	7.501	-	-	-	-	(5.528)	25%	(1.597)	20%
Viagem	4.005	15.639	(4.039)	101%	(13.907)	89%	(66)	2%	(274)	2%
Dotal Puro	-	-	(79)	-	10	-	-	%	-	0%
RCPM	13	-	-	-	-	-	(1)	25%	-	0%
	229.096	**230.792**	**(70.114)**	**31%**	**(81.949)**	**36%**	**(87.998)**	**38%**	**(91.007)**	**43%**

Operacional líquido de resseguro	Prêmios ganhos 2020	Prêmios ganhos 2019 Reapresentado	Sinistros ocorridos 2020	Sinistros ocorridos Percentual	Sinistros ocorridos 2019 Reapresentado	Sinistros ocorridos Percentual	Custo de aquisição 2020	Custo de aquisição Percentual	Custo de aquisição 2019 Reapresentado	Custo de aquisição Percentual
Compreensivo-Resid/Empres.	30	81	(3)	9%	(22)	27%	(9)	23%	(26)	30%
Transportes - RCO	25.136	22.135	(6.166)	25%	(4.424)	20%	(8.149)	21%	(8.705)	20%
Auxílio funeral	9.240	14.845	(2.264)	25%	(2.777)	19%	(4.061)	44%	(4.038)	46%
PCHV	36	36	(10)	29%	202	(560)%	(3)	7%	(5)	10%
Prestamista	30.513	32.749	(6.115)	20%	(6.102)	19%	(19.474)	62%	(23.189)	64%
Acidentes pessoais	18.110	19.033	(1.368)	8%	(3.185)	17%	(9.071)	46%	(8.633)	44%
Doenças graves ou terminais	33	37	(41)	123%	1	(2)%	(15)	41%	(16)	40%
Desemprego/Perda de renda	15	16	(152)	985%	(398)	2559%	(7)	44%	(7)	43%
Renda de eventos aleatórios	16	31	8	(49)%	(25)	80%	-	(2)%	(1)	2%
Vida em Grupo	83.500	85.724	(28.588)	34%	(32.199)	38%	(40.439)	44%	(43.779)	48%
Habitacional	9.619	5.738	(3.640)	38%	(1.623)	28%	(1.175)	10%	(737)	10%
Garantia	10.036	1.968	-	-	-	-	(5.528)	25%	(1.597)	20%
Viagem	2.464	10.738	(1.264)	51%	(5.046)	47%	(66)	2%	(274)	2%
Dotal Puro	-	-	(78)	-	10	-	-	%	-	0%
RCPM	14	-	-	-	-	-	(1)	25%	-	0%
	188.762	**193.131**	**(49.681)**	**26%**	**(55.588)**	**29%**	**(87.998)**	**38%**	**(91.007)**	**43%**

24. Variação das provisões técnicas - As provisões técnicas apresentaram a seguinte variação:

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Provisão de prêmios não ganhos	(44.882)	(36.452)
Riscos vigentes e não emitidos	5.984	(4.610)
	(38.898)	**(41.062)**

25. Custo de aquisição

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Comissão sobre prêmio emitido	(95.342)	(97.869)
Agenciamento	(734)	(1.607)
Recuperações	(2.530)	(4.249)
Variação das despesas de comercialização	10.608	12.718
	(87.998)	**(91.007)**

26. Outras receitas e despesas operacionais

26.1 Outras receitas

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Receitas operacionais de seguros	2.051	2.201
Consórcio DPVAT	121	1.988
	2.172	**4.189**

26.2 Outras despesas

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Despesas com cobrança	(91)	(2.537)
Despesas com administração de apólice contratada	(3.743)	(3.751)
Redução ao valor recuperável	(1.086)	(715)
Outras despesas com operações de seguros e resseguros	(4.639)	(3.209)
	(9.559)	**(10.212)**
Total	**(7.387)**	**(6.023)**

27. Resultado com resseguro

27.1 Receitas com resseguro

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com resseguro	19.452	23.244
Despesa com sinistro	1.221	1.546
IBNR Resseguro	(240)	1.571
	20.433	**26.361**

27.2 Despesa com resseguro

	31/12/2020	31/12/2019
Prêmio de resseguro	(69.755)	(52.776)
Variação das despesas de resseguro	29.421	15.114
	(40.334)	**(37.662)**
Total	**(19.901)**	**(11.301)**

28. Despesas administrativas

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Despesas com administração / pessoal	(14.110)	(14.393)
Despesas com serviços técnicos de terceiros	(9.981)	(11.957)
Despesas com localização e funcionamento	(1.698)	(2.267)
Despesas com publicidade e propaganda	(73)	(387)
Outras despesas / recuperações	(909)	(563)
	(26.771)	**(29.567)**

29. Despesas com tributos

	31/12/2020	31/12/2019
PIS	(931)	(921)
COFINS	(5.730)	(5.676)
Taxa de fiscalização	(1.584)	(1.564)
Outras	(440)	(565)
	(8.685)	**(8.726)**

30 Resultado financeiro

30.1 Receita financeira

	31/12/2020	31/12/2019 Reapresentado
Títulos de renda fixa	2.070	5.061
Títulos de renda variável	716	1.412
Outras	1.264	432
	4.050	**6.905**

30.2 Despesa financeira

	31/12/2020	31/12/2019
Com operações de seguros	(1.545)	(246)
Impostos de transações financeiras	45	(39)
Outros	(954)	(1.250)
Títulos de renda variável	(4.729)	-
	(7.183)	**(1.535)**
Total	**(3.133)**	**5.370**

31 Normativos emitidos e ainda não vigentes - O CPC editou os pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs apresentadas abaixo. Em decorrência do compromisso do CPC e da SUSEP de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam aprovados pela SUSEP. a) O CPC 48/IFRS 9 "Instrumentos Financeiros" (emitido em novembro de 2009) é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 introduz novas exigências para classificar e mensurar os ativos financeiros e provavelmente afetará a contabilização da Seguradora para seus ativos financeiros no momento de sua adoção. A norma se tornou efetiva para exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2019, mas ainda não foi aprovado pela SUSEP. Contudo, foi concedida uma isenção temporária da aplicação da IFRS 9 para as companhias seguradoras, diferindo sua aplicação para quando da adoção inicial da IFRS 17. b) O CPC 06 (R2), a nova norma requer que as Seguradoras tragam a maioria dos seus arrendamentos para o balanço patrimonial, reconhecendo novos ativos e passivos. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, contudo, a referida norma foi aprovada pela SUSEP para aplicação a partir de 1 de janeiro de 2021. A Seguradora não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras por conta desse normativo. d) O IFRS 17, (emitido em maio de 2017) estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. O IFRS 17 é aplicável a partir de 1° janeiro de 2022, sendo permitida a aplicação antecipada. A seguradora avalia uma mudança e investimentos significativos nos processos operacionais, tecnológicos e atuariais, no que contempla a adoção total da norma. O Comitê de Pronunciamentos colocou em audiência pública o CPC 50 que é correlacionado com a IFRS 17. Em função disso, a norma ainda não foi aprovada pela Susep. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora. **32. Eventos Subsequentes** - Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações Financeiras.

Diretoria

Pedro Pereira de Freitas - Diretor Presidente - **Francisco de Assis Fernandes** - Diretor
Paulo de Oliveira Medeiros - Diretor - **Vicente de Paula Alves Cunha** - Diretor

Contador

Benedito Yukihide Tamashiro – CRC 1SP 196.180/O-3

Atuário

Marcos Falcão - MIBA 893

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Ano-base: 2020

Aos Diretores e Acionistas da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS, em 31 de dezembro de 2020, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente. ***Responsabilidade da Administração -*** A Administração da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Continua >>>

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:58:09

Publicidade Legal

Continuação>>>>

American Life Companhia de Seguros - CNPJ/MF nº 67.865.360/0001-27

Parecer dos Auditores Atuariais Independentes - Ano-base: 2020

Responsabilidade dos Atuários Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. A Sociedade não operou com retrocessão no ano-base.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião sem ressalva - Em nossa **opinião**, as provisões técnicas e os ativos de resseguro e retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da AMERICAN LIFE COMPANHIA DE SEGUROS em 31 de dezembro de 2020 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA.

Outros assuntos - No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos divergências na correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos de Prêmios e Sinistros e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), em seus aspectos mais relevantes. Todavia, essas divergências não trouxeram distorção relevante na apuração dos referidos itens e, assim, não impactaram nossa opinião descrita anteriormente.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021.
Miki Massui – Atuária MIBA Nº 825
Av. Paulista nº 807, conjunto 2315, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01311-100

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da American Life Companhia de Seguros
Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da American Life Companhia de Seguros ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da American Life Companhia de Seguros em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.
Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.
Outros assuntos - Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente - O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatórios de auditoria, sem modificação, com data de 21 de fevereiro de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 2020, examinamos também os ajustes descritos na nota explicativa nº 2.2 às demonstrações financeiras, que foram efetuados para alterar o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo nessa data. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Seguradora referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; portanto, não expressamos opinião nem outra forma de asseguração sobre as referidas demonstrações financeiras de 2019 tomadas em conjunto.
Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor - A Administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2021

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4

Anatel define que operação do 5G deverá começar pelas principais capitais a partir de julho de 2022

A Anatel decidiu, nesta quinta-feira (25), que a operação comercial do 5G no país deverá começar pelas principais capitais a partir de julho de 2022. O novo cronograma antecipa em seis meses a estreia da telefonia de quinta geração e obriga as operadoras que vencerem o leilão previsto para junho deste ano a construírem redes exclusivas para o novo serviço.

A votação das regras do certame, que será o maior da história pelo volume de frequências (3,71 GHz), foi retomada depois de um pedido de vista do presidente da agência, Leonardo de Moraes.

Frequências são avenidas no ar por onde as operadoras fazem trafegar seus dados. Fora delas, ocorrem interferências.

No início de fevereiro, Moraes decidiu paralisar o processo diante de controvérsias entre as teles e a proposta de edital feita pelo relator, conselheiro Carlos Baigorri.

A proposta vencedora, que contou com o voto de três dos cinco conselheiros, encurtou em seis meses o prazo inicial para o início da entrada em operação dessas redes. A venda de pacotes começará pelas capitais a partir de junho de 2022. Poderá ocorrer alteração nesse cronograma caso haja algum atraso na realização do leilão. Antes, esse prazo era dezembro.

Depois de junho, virão cidades com mais de 500 mil habitantes. Esse processo será escalonado e será concluído no início de 2026, quando o serviço chegar às localidades com menos de 30 mil habitantes.

Uma das principais divergências foi o padrão tecnológico das redes 5G escolhido pelo relator e que contou, posteriormente, com o apoio do ministro das Comunicações, Fábio Faria (PSD-RN).

Hoje, as teles já oferecem velocidades similares à da telefonia 5G (até cem vezes mais rápidas que as do 4G) pelas redes 3G e 4G. Folhapress

Governo espera R$ 25 bi com venda da Eletrobras

O governo federal espera arrecadar R$ 25 bilhões com a privatização da Eletrobras, estatal com foco em geração e transmissão de energia, e espera que a operação em que a União deixará de ser a acionista majoritária da empresa seja concluída até dezembro deste ano.

O valor é maior que os R$ 16,2 bilhões iniciais com os quais o governo contava porque a Medida Provisória enviada ao Congresso na terça-feira incluiu a possibilidade de renovação antecipada da hidrelétrica de Tucuruí, um dos principais ativos da subsidiária Eletronorte. A usina tem 4 mil megawatts médios de garantia física e sua concessão vence em 2024, mais da metade dos 7,5 mil MW médios das outras usinas da Eletrobras que também terão os contratos alterados.

O valor deverá ser pago para que a Eletrobras possa alterar o regime de exploração da energia de suas usinas, de cotas – que cobrem apenas custos de operação e manutenção – para o modelo de produção independente – de preços livres. A "descotização" poderá ser feita em um prazo entre três e dez anos, mas as premissas do governo enviadas pelo Ministério de Minas e Energia à Eletrobras e divulgadas ao mercado consideram um horizonte de cinco anos.

IstoéDinheiro

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:58:38

Negócios

Como a reestruturação global da WeWork afeta os negócios da empresa no Brasil

Engana-se quem pensa que a pandemia do novo coronavírus foi o único desafio para a WeWork nos últimos tempos. Desde a tentativa frustrada de oferta pública inicial (IPO) em 2019, e posteriormente a renúncia do cofundador Adam Neumann do cargo de presidente-executivo, a empresa de compartilhamento de escritórios vem passando por um processo global de reestruturação que também envolve sua subsidiária no Brasil.

A WeWork, que é majoritariamente controlada pelo SoftBank, já chegou a ser avaliada em US$ 47 bilhões em 2019, após uma rodada de financiamento liderada pelo grupo japonês, mas foi reduzida a US$ 2,9 bilhões com os impactos da pandemia. Depois da troca de lideranças com a saída do cofundador e os primeiros sinais da crise em Wuhan, na China, a WeWork apostou em Sandeep Mathrani, veterano do setor imobiliário, para conduzir os próximos passos da companhia rumo a um futuro mais rentável.

Com 859 unidades em 38 países, a empresa, com sede em Nova York, viu sua receita cair 8% no terceiro trimestre de 2020 em relação ao trimestre anterior, mesmo com um ligeiro aumento na vendas de novos contratos, segundo informações da Bloomberg. Com a chegada do CEO Mathrani em meio à pandemia, a empresa focou em seu plano de transformação: vendeu empresas que haviam sido adquiridas, cortou empregos, despesas e algumas linhas de negócios.

As polêmicas envolvendo o cofundador da WeWork, Adam Neumann, parecem não ter afetado as operações da companhia no Brasil. Pelo menos é o que afirma Lucas Mendes, diretor geral da WeWork no país. "Do ponto de vista de clientes, nada mudou. As pessoas continuam interessadas em nossos produtos", diz. "Mas internamente, nós aproveitamos essa chance para atrair alguns novos executivos que trouxeram boas experiências para a empresa."

Época Negócios

Mercedes-Benz confirma investimento programado de R$2,4 bi no Brasil até 2022

A Mercedes-Benz confirmou nesta quarta-feira investimento programado de 2,4 bilhões de reais no Brasil até 2022, afirmou o presidente para América Latina da montadora alemã de caminhões e ônibus, Karl Deppen.

Em apresentação a jornalistas, o executivo afirmou que o Brasil em 2020 foi o maior mercado de caminhões da Mercedes-Benz no mundo, com uma participação de 20% nas vendas do grupo.

A companhia vendeu 26.769 caminhões em 2020, depois de 27.994 em 2019. As vendas totais do mercado no ano passado somaram 84.650 veículos.

A partir de 2021, a empresa dará continuidade à modernização das linhas de agregados (câmbio, motor e eixos) em São Bernardo do Campo (SP), além do desenvolvimento de novos produtos e serviços de conectividade até 2022, afirmou a Mercedes-Benz em comunicado.

Exame

Chega ao fim guerra judicial entre Heineken e distribuidora da Coca-Cola

Chegou ao fim a disputa judicial travada desde 2019 entre a Heineken e a distribuidora da Coca-Cola pelo portfólio de produtos no Brasil.

Em anúncio desta quarta-feira, The Coca-Cola Company, Sistema Coca-Cola Brasil e Grupo Heineken comunicaram que chegaram a um acordo para "redesenhar sua parceria de distribuição de longa data" no país.

Segundo o contrato, que deve entrar em vigor a partir da metade de deste ano, as partes iniciarão uma "suave transição" das marcas Heineken e Amstel para a rede de distribuição do Grupo Heineken no Brasil. A ideia é dar mais flexibilidade para os dois grupos.

O Sistema Coca-Cola continuará a oferecer Kaiser, Bavaria e Sol, e complementará este cardápio com a marca premium de cervejas Eisenbahn e outras marcas internacionais.

Ainda como parte do redesenho da parceria de distribuição, o Sistema Coca-Cola Brasil poderá vender e distribuir outras cervejas e bebidas alcoólicas, até uma certa proporção do portfólio do Grupo Heineken, que também vai ter a "possibilidade de explorar outras oportunidades no segmento não alcóolico".

O acordo terá um prazo inicial até 31 de dezembro de 2026, com possibilidade de renovação automática pelo período subsequente de cinco anos, observadas certas condições.

Veja

Assinatura digital de EMPRESA JORNALISTICA DATA MERCANTIL LTDA:35960818000130
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, CN=AC CNDL RFB v3
Motivo: Sou o autor deste documento
Data: quinta-feira, 25 de fevereiro de 2021 22:59:02